

EXERCÍCIO 2025

Relatório da Administração

2024 - 2025

>> O sucesso da Unimed Bauru depende da integração dos cooperados e colaboradores, de ações pautadas sempre na equidade, no diálogo aberto e na transparência. Esses pilares se manifestam em cada atendimento e em cada decisão, reforçando nosso compromisso com a comunidade.<<

Saudações Cooperativistas



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO UNIMED BAURU

EXERCÍCIO 2025

O exercício de 2025 reafirmou a Unimed Bauru como uma cooperativa sólida, ética e comprometida com a sustentabilidade do sistema de saúde suplementar. Em um cenário de constantes transformações, a cooperativa conduziu suas atividades com responsabilidade, equilíbrio econômico-financeiro e foco permanente na qualidade assistencial.

As decisões estratégicas adotadas ao longo do período priorizaram a valorização do médico cooperado, o fortalecimento da governança, a eficiência dos processos e o cuidado com as pessoas. A Unimed Bauru manteve sua atuação alinhada aos princípios cooperativistas, à conformidade regulatória e às boas práticas de gestão, consolidando bases sólidas para o futuro.

Este relatório apresenta, de forma institucional e transparente, os principais direcionamentos, entregas e compromissos que marcaram o exercício, reafirmando o propósito de cuidar das pessoas e contribuir para o desenvolvimento regional.

Mensagem do Presidente

O ano de 2025 foi marcado por desafios significativos e importantes avanços para a Unimed Bauru. Com responsabilidade e visão estratégica, conduzimos a cooperativa de forma equilibrada, sempre pautados pela ética, pela transparência e pelo compromisso com nossos cooperados, beneficiários e colaboradores.

Seguimos fortalecendo nossa governança, aprimorando processos e investindo em relações sólidas com todos os públicos, certos de que a cooperação, o cuidado e a sustentabilidade são pilares essenciais para a perenidade da instituição.



Dr. Marcus Vinícius Marques
Presidente



IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Fundada em 1971, atualmente a cooperativa possui 870 médicos cooperados e 2.057 colaboradores diretos, distribuídos entre a operadora, hospital, centro de diagnóstico e farmácia. Conta, ainda, com 178.357 beneficiários, incluindo intercâmbio e auto gestões. Aos 55 anos de atuação na cidade, a Unimed Bauru se mantém referência em saúde na região devido à sua estrutura própria e centenas de credenciados, disponibilizando praticamente todas as especialidades médicas aos beneficiários. A Unimed Bauru se orgulha do passado, do presente e avança rumo ao futuro com inovações tecnológicas visando oferecer sempre os melhores recursos e tratamentos ao beneficiário.

Reafirmamos ainda o compromisso com as melhores práticas de governança corporativa, com atuação baseada na ética e transparência. O Conselho de Administração declara que no exercício anterior não houve ocorrência de operações suspeitas que deveriam ser informadas ao Conselho de Atividades Financeiras (COAF), conforme determina o inciso III, do artigo 11, da Lei nº 9.613, de 03 de março de 1998.

Quem somos

A Unimed Bauru, formada por cooperados, de natureza civil cooperativa, tem como premissa a valorização do trabalho médico, prestando serviços de alta qualidade através de inovação nas práticas assistenciais e na gestão, permeado pelo compromisso com avanço sustentável no setor de saúde suplementar.

Regida pela Lei nº 5.764 de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista, é norteadada pela prática dos valores dos princípios do cooperativismo

- 1 Adesão voluntária e livre
- 2 Gestão Democrática
- 3 Participação econômica dos cooperados
- 4 Autonomia e independência
- 5 Educação, formação e informação
- 6 Intercooperação
- 7 Interesse pela comunidade

Com o legado da credibilidade, a Unimed Bauru atua na saúde suplementar com planos nos segmentos individual e familiar, empresarial e saúde ocupacional na cidade de Bauru. Nos orgulhamos da evolução da Unimed Bauru, em importantes aspectos de ESG (Environmental, Social and Governance), frente à velocidade das mudanças regulamentadas pela ANS.



Política da Qualidade

Ampliação da confiança e fidelidade dos clientes;
Fortalecimento da comunicação e investimento na excelência profissional dos
cooperados e colaboradores;
Melhoria contínua nos processos organizacionais;
Investimento em serviços próprios.

ANS Nº 36965-9

Propósito

UNIMED BAURU

Com sua **política de qualidade** e a força do cooperativismo, a Unimed Bauru reitera o **compromisso com a excelência no atendimento**, focando sempre na **inovação e no bem-estar dos clientes, cooperados e colaboradores**.



Missão

O QUE NOS MOVE

Prover segurança e qualidade nos cuidados integrados à saúde, valorizando o trabalho médico.



Visão

O QUE BUSCAMOS

Ser referência no segmento de saúde com qualidade, inovação e responsabilidade socioambiental



Valores

O QUE PRATICAMOS

Ética
Transparência
Segurança
Sustentabilidade
Acolhimento
Inovação
Eficiência

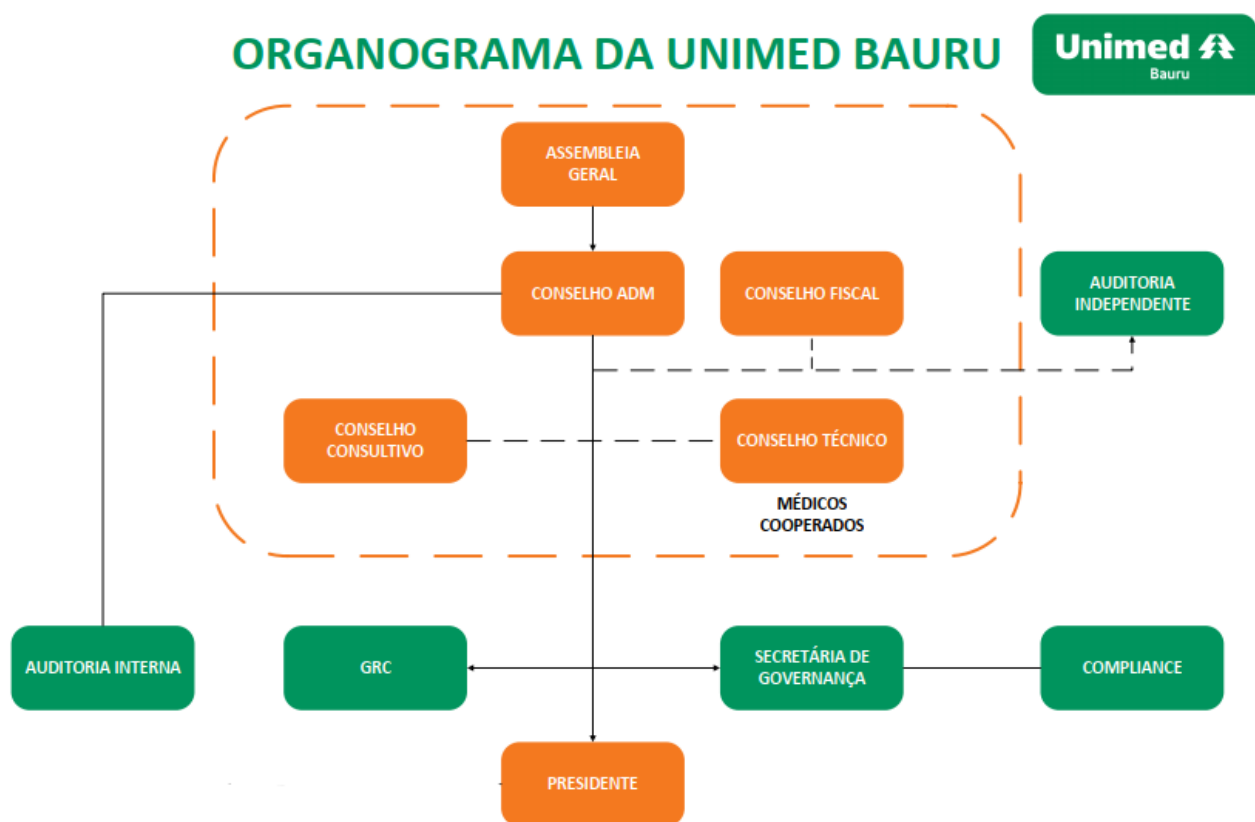


Governança Corporativa

A Governança Corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas, e incentivadas, envolvendo o relacionamento entre os proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle (IBGC, 2014).

Objetivos

- Promover a perenidade da cooperativa
- Proporcionar maior transparência
- Qualificar o relacionamento entre os sócios e a gestão da cooperativa



Sistema de Gestão Integrado (S.G.I)

Processos relacionados à Qualidade da Sede:

No primeiro semestre de 2025, o Sistema de Gestão Integrada (SGI), em conjunto com a equipe de auditores internos de qualidade baseados na norma ISO 9001, realizou auditorias em 38 áreas com processos específicos. Os resultados foram:

- 54% dos processos em conformidade;
- 39% com oportunidades de melhoria;
- 7% identificados como não conformes.

No segundo semestre de 2025, novas auditorias internas de qualidade (ISO 9001) foram realizadas pela equipe do SGI e pelos auditores internos certificados na norma. Desta vez, 38 áreas com seus respectivos processos foram auditadas, apresentando os seguintes resultados:

- 63% dos processos em conformidade;
- 29% com apontamentos de melhoria;
- 2% de processos em observação;
- 6% identificados como não conformes.

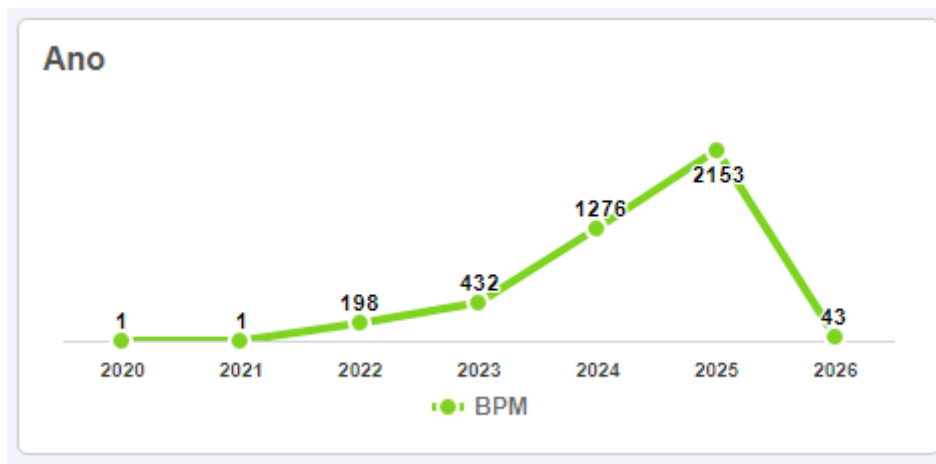
Ainda em 2025, a Operadora recebeu a auditoria externa conduzida pela certificadora ACRIQ, com foco na conformidade à norma ISO 9001. Durante a avaliação, foram analisados todos os processos incluídos no escopo de certificação. O auditor externo registrou:

- 25% dos processos em conformidade;
- 25% com apontamentos de melhoria;
- 25% de processos em observação;
- 25% identificados como não conformes.

Processos relacionados ao (Business Process Management) B.P.M.:

Em 2025, a equipe de BPM (Business Process Management) atendeu uma demanda total de 2.153 chamados, representando um **aumento de 59,2% em relação a 2024**. As solicitações abrangeram diversas demandas, incluindo a implementação de novos processos de automação, suporte técnico e solicitações de melhorias. Além dos chamados formalizados nos sistemas, a equipe também atendeu solicitações realizadas presencialmente, por telefone e via e-mail.





Os processos desenvolvidos pela área de SGI (Sistema de Gestão Integrada), com o apoio da automação, têm como objetivo principal organizar, simplificar e automatizar as operações organizacionais. Este trabalho é orientado pela busca contínua por melhoria, utilizando um software especializado em soluções para gestão de processos de negócios. Essa abordagem garante uma automação eficiente, proporcionando a execução de atividades de forma padronizada e eficaz.

Centro de Diagnóstico Unimed - CDU

Desempenho Operacional

Em 2025, o Centro de Diagnóstico Unimed manteve suas atividades com foco na qualidade do atendimento aos beneficiários, garantindo eficiência e organização nos processos administrativos e operacionais.

No período, foram realizados os seguintes volumes de atendimento:

- **Consultas:** 266.367, representando crescimento de **8%** em relação a 2024;
- **Exames:** 246.492, com aumento de **14%** em comparação ao ano anterior.

Projetos e Inovações

Durante o exercício, foram desenvolvidas iniciativas voltadas à melhoria contínua da estrutura, dos fluxos assistenciais e da experiência do beneficiário.

Destacam-se os principais projetos iniciados e/ou concluídos:

- Implantação do **Elevador Panorâmico**;
- Efetivação da **Central de Atendimento de Exames**;
- Início da **nova sala de Raio X**;
- Implantação da **Central SOS (Ambulâncias)** no CDU;
- **Revitalização do Centro Médico**.



Indicadores de Qualidade e Satisfação

Com o objetivo de fortalecer o monitoramento da eficiência operacional e da qualidade assistencial, foram estruturados indicadores de desempenho, com destaque para:

- **Tempo médio de atendimento:** 35 minutos;
- **Nível de serviço do atendimento telefônico:** 88,1%.

Perspectivas para o Próximo Ano

Para o próximo exercício, o Centro de Diagnóstico estabelece como prioridades:

- Manter e ampliar a qualidade do atendimento prestado aos beneficiários;
- Otimizar processos administrativos e operacionais;
- Apoiar a implantação de melhorias sistêmicas e tecnológicas;
- Fortalecer o monitoramento e a análise dos indicadores de desempenho

Pesquisa de satisfação de beneficiário - ANS

Em atendimento ao requisito do Programa de Qualificação das Operadoras e com objetivo de aumentar a participação do beneficiário na avaliação e melhoria contínua da qualidade dos serviços oferecidos pela operadora, a Unimed Bauru realiza anualmente a Pesquisa de Satisfação de Beneficiários de Planos de Saúde. O questionário do estudo e os critérios para sua condução são embasados no documento técnico da ANS e abrange os temas:

- **Atenção à Saúde:** cuidado de saúde, atenção imediata, comunicação, atenção à saúde recebida e lista de médicos (acesso aos prestadores);
- **Canais de Atendimento:** atendimento multicanal, resolutividade e documentos e formulários;
- **Satisfação Geral:** avaliação geral e recomendação.

A Pesquisa de Satisfação de Beneficiários ANS 2025 (ano base 2024) apurou a opinião de clientes (beneficiários) sobre os serviços oferecidos pela Unimed Bauru com 527 beneficiários entrevistados, maiores de 18 anos, com plano de saúde da cooperativa. A margem de erro foi de 3,56%, com intervalo de confiança de 90%. A coleta das respostas foi realizada por uma empresa terceirizada, com planejamento e análise dos resultados, realizados por profissional formado em estatística e avaliada por auditores independentes do instituto IBRC de Qualidade e Pesquisa Ltda.

Dentre os entrevistados que responderam ao questionário, **80,3%** avaliaram positivamente o plano de saúde, classificando o atributo de conformidade.

Após tabulação dos dados, o relatório foi compartilhado com os gestores da operadora para elaboração de planos de ação visando a melhoria dos serviços prestados.



Regulação ANS

Desafios do setor ANS:

A agenda regulatória da ANS para o período 2026 - 2008 prioriza discussões sobre modelos de reajuste (individual e coletivo) e portabilidade, em especial sobre o tema da coparticipação, trazendo certa insegurança para as operadoras de saúde em relação ao crescimento dos custos assistenciais e desequilíbrio nas receitas.

O mercado também sinaliza forte tendência a transição para novos modelos de remuneração, superando o tradicional fee-for-service, com o objetivo de mitigar conflitos, fomentar ganho de eficiência e induzir a qualidade assistencial.

Além disso, a judicialização, a evolução de doenças raras e o custo crescente da saúde tem aumentado ameaça ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

As inovações tecnológicas e a necessidade de adaptação dos sistemas de saúde a essas mudanças no mercado de saúde suplementar estão no radar da ANS, exigindo a implementação de novas tecnologias e investimento em inteligência artificial para otimização de processos e na melhoria do atendimento ao paciente.

O desafio também reflete na necessidade de melhoria contínua dos processos de gestão que assegurem a manutenção das práticas de governança preconizadas pela Resolução Normativa nº 518/22 da ANS e dos requisitos de qualificação que estão por vir.

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

Unidade	Quantidade de Colaboradores
Sede	358
Hospital	1.324
CDU	348
Farmácia	27
Total Geral	2.057

Atualmente, o quadro funcional conta ainda com **26 Jovens Aprendizizes**, **87 Pessoas com Deficiência (PCD)** e **11 Estagiários**, distribuídos entre os estabelecimentos acima mencionados, reforçando o compromisso institucional com inclusão, formação profissional e desenvolvimento social.

Treinamentos Realizados

A Unimed Bauru mantém política estruturada de desenvolvimento de pessoas, contemplando diferentes modalidades de capacitação:



▪ Treinamento de Integração Institucional

Tem como objetivo recepcionar, orientar e capacitar novos colaboradores, proporcionando conhecimento sobre cultura organizacional, normas e procedimentos internos. A iniciativa contribui para reduzir o tempo de adaptação e promover segurança e engajamento desde o início da jornada profissional.

▪ Treinamentos Comportamentais

Destinam-se a suprir lacunas identificadas por meio do Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), avaliações de desempenho, perfil do cargo, notificações, pesquisas de clima e manifestações de clientes. Podem ser conduzidos por profissionais internos ou externos com expertise na temática.

▪ Treinamentos Técnicos e Normas Regulamentadoras (NRs)

Contemplam capacitações obrigatórias e técnicas relacionadas às atribuições dos cargos e às exigências legais, sendo ministradas por profissionais habilitados e acompanhadas de avaliação de eficácia.

▪ Programa de Desenvolvimento de Liderança (PDL)

Voltado à qualificação de líderes em todos os níveis organizacionais, com foco no fortalecimento de competências, melhoria da performance e aprimoramento da entrega de resultados aos públicos da cooperativa.

Programas Oferecidos**▪ Canal de Comunicação Direto AMA/RH**

Espaço seguro destinado à manifestação dos colaboradores, de forma anônima ou identificada, contemplando elogios, sugestões, reclamações, demandas relacionadas ao RH, apoio psicossocial e situações pessoais ou profissionais que impactem o bem-estar no trabalho.

▪ Fale Bem

Programa que valoriza o reconhecimento profissional. Os elogios recebidos pela Ouvidoria são compartilhados com os colaboradores e, semestralmente, ocorre evento institucional com participação da Diretoria, no qual são destacados e premiados profissionais nas categorias de elogios internos, externos e destaques por estabelecimento.

▪ Unimais

Programa de benefícios baseado em parcerias com empresas conveniadas, oferecendo descontos e vantagens exclusivas aos colaboradores.



- P.S.I.U - Programa de Sugestão e Inovação Unimed

Iniciativa que estimula a participação dos colaboradores na melhoria contínua da cooperativa, por meio da apresentação de sugestões relacionadas a processos, fluxos de trabalho, infraestrutura, segurança e qualidade. As propostas são avaliadas pelo Comitê do PSIU quanto à viabilidade e impacto, sendo que aquelas aprovadas concorrem à premiação anual.

Intercâmbio

Nos últimos meses, foram implementadas melhorias relevantes nos processos operacionais e de comunicação da área de Intercâmbio, com foco em agilidade, eficiência, redução de custos e aprimoramento da experiência de beneficiários, prestadores e empresas. As principais evoluções estão descritas a seguir.

Fortalecimento da Comunicação

- Ampliação do uso da plataforma BLIP em toda a área, fortalecendo a comunicação com beneficiários;
- Divulgação e utilização do celular corporativo como canal direto de contato com empresas, promovendo maior rapidez e resolutividade nas demandas;
- Utilização do celular corporativo também para comunicação direta com beneficiários e recursos, agilizando solicitações e envio de documentos obrigatórios.

Otimização do Processo de Autorizações

- Integração com a auditoria e ampliação dos códigos analisados e autorizados por inteligência artificial, proporcionando maior agilidade nas respostas;
- Solicitação de internações de beneficiários de outras Unimed em Bauru realizada imediatamente após o cadastro do médico no sistema, permitindo que, em alguns casos, o procedimento já esteja autorizado antes mesmo do atendimento na recepção.

Automação e Agilidade no Fluxo de Guias

- Ativação da funcionalidade de revalidação para beneficiários de intercâmbio, agilizando o fluxo operacional;
- Implantação do processo de reembolso totalmente digital via sistema SoftExpert, resultando em maior controle, rastreabilidade e redução do prazo de resposta ao cliente.

Redução de Custos e Ganhos Operacionais

- Implementação de planilhas automatizadas, promovendo agilidade operacional e redução de custos com impressão;
- Em desenvolvimento: liberação sistêmica para captura de guias de Ordem de Serviço diretamente pelo prestador, eliminando a necessidade de geração manual mediante contato com a operadora.



Resultados Gerais

- Redução do tempo de resposta ao cliente;
- Diminuição de retrabalho e demandas manuais;
- Maior fluidez nos processos de autorização e reembolso;
- Melhoria da experiência de beneficiários, prestadores e empresas;
- Aumento da eficiência operacional, com maior controle e rastreabilidade dos processos.

Essas iniciativas demonstram avanço consistente na modernização dos fluxos internos, integrando tecnologia, automação e comunicação estratégica para sustentar o crescimento da área, a qualidade assistencial e a eficiência operacional.

Medicina Preventiva

Curso de gestantes (Gestantes)

O evento é gratuito e voltado a mulheres em qualquer fase da gestação, sejam ou não beneficiárias da cooperativa médica. Cada participante pode levar um acompanhante,

A programação abordará temas essenciais para o período da gravidez e os primeiros cuidados com o bebê, como primeiros socorros, aleitamento materno, cuidados com o recém-nascido, nutrição, sono do bebê, atividades físicas, aspectos emocionais e até uma aula especial para pais de primeira viagem.

No ano de 2025 um total de 296 gestantes participaram do curso.

Bem Nutrir (Gestantes)

O Programa Bem Nutrir é uma estratégia da Unimed Bauru para acompanhamento multiprofissional do período de gestação e pós parto recente, fases muito importantes para a saúde de mães e bebês. Nele são ofertados atendimentos com Enfermeira, Nutricionista, Fisioterapeuta e Psicóloga, assim como conteúdos informativos exclusivos.

Qualquer gestante beneficiária Unimed Bauru é elegível para o Programa que atualmente é cadastrado na ANS, podendo acessá-lo por busca ativa pela equipe do Programa, encaminhamento por Obstetra responsável pelos cuidados pré-natais ou procura espontânea. Em todos os casos, as potenciais participantes recebem um link para o Questionário de Boas-Vindas, no qual obtêm maiores informações sobre o Programa e podem realizar sua inscrição.

Atualmente: 104 gestantes Ativas

Ações educativas em empresas

Programa desenvolvido em parceria com clientes corporativos Unimed para identificar questões importantes para a saúde de seus colaboradores (e dependentes do plano) e



atuar sobre elas por meio de atividades desenvolvidas especificamente para essa população.

Em 2025: 51 Empresas atendidas

Passo Firme

Com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida, o fortalecimento físico e o cuidado integral de idosos com alto risco de quedas, a Unimed Bauru inaugura, no dia 24 de janeiro, o Programa Passo Firme. A iniciativa oferece treinamento físico individualizado aliado a acompanhamento nutricional e psicológico.

Voltado a beneficiários da cooperativa com 70 anos ou mais que tenham sofrido algum episódio de queda nos últimos 12 meses ou que apresentem dificuldades de equilíbrio ao caminhar, o programa será realizado entre os meses de fevereiro e abril.

Durante esse período, os participantes contarão com acompanhamento multidisciplinar, incluindo atendimentos fisioterapêuticos semanais e consultas nutricionais e psicológicas mensais, realizados no setor de Medicina Preventiva.

Viva Bem (Obesidade)

O Cuidado com a Obesidade começa por meio da identificação desse diagnóstico na população Unimed Bauru,

A Medicina Preventiva disponibiliza o Programa Viva Bem cadastrado na ANS. Este fornece um acompanhamento multidisciplinar para pacientes com indicação de Cirurgia Bariátrica encaminhados por Médico Cirurgião ou Médico da APS, sejam beneficiários Unimed Bauru ou Intercâmbio. Os atendimentos com Psicóloga, Nutricionista, Enfermeira e Fisioterapeuta são realizados nas fases pré e pós-operatória. Esse modelo está associado com melhores resultados para a saúde do paciente.

Aproximadamente temos em torno de 150 pacientes rodando no programa,

Atenção Personalizada a Saúde

Re-Viver (Menopausa)

Idealizada e conduzida pela área da Atenção Personalizada à Saúde (APS), a iniciativa reconhece que a menopausa vai além das transformações físicas, envolvendo também mudanças emocionais e cerebrais que impactam o cotidiano, o trabalho e as relações interpessoais.

O grupo contou com seis encontros, com duração média de 40 minutos cada, e a participação de seis mulheres. Ao longo das atividades, as participantes tiveram a oportunidade de compartilhar experiências, fortalecer vínculos e ampliar o autoconhecimento, em um ambiente seguro e acolhedor. A proposta reforçou a importância do cuidado integral, interdisciplinar e humanizado na atenção à saúde da mulher.



Os encontros reuniram uma equipe multiprofissional, composta por ginecologista, nutricionista, assistente social e psicóloga, que conduziram reflexões sobre temas essenciais dessa fase da vida.

A programação incluiu temáticas como: acolhimento e vínculo, corpo em transformação, sexualidade e relacionamentos, impactos da menopausa nas relações familiares e profissionais, qualidade de vida, manejo das emoções e autocuidado

Alimente-se bem

A Unimed Bauru realizou a ação “Alimente-se bem”, iniciativa da Atenção Personalizada à Saúde (APS) voltada à conscientização sobre a importância de uma alimentação equilibrada para a promoção do bem-estar e a prevenção de doenças.

Durante a ação voltada para SEDE e CDU, foram apresentadas orientações nutricionais baseadas no Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, com foco na variedade alimentar e na priorização de alimentos in natura ou minimamente processados.

Além do conteúdo apresentado presencialmente, a Unimed Bauru desenvolveu um guia exclusivo destinado aos colaboradores e seus dependentes. O material reúne informações sobre escolhas alimentares, combinações equilibradas de refeições, preparo e armazenamento de alimentos, opções que podem ser congeladas e cuidados no descongelamento, com o objetivo de auxiliar no planejamento semanal de marmitas e reduzir o consumo de ultraprocessados e embutidos.

Gestão de Riscos e Controles Internos - GRCI

O ano de 2025 foi marcado por avanço consistente na maturidade da Gestão de Riscos e Controles Internos, com foco no fortalecimento da conformidade regulatória, na evolução dos controles e na consolidação da cultura organizacional orientada a riscos.

Com a atualização integral das matrizes de risco, foi possível aprimorar o mapeamento e a avaliação dos riscos corporativos. No período, foram avaliados **217** riscos, distribuídos nas categorias de Risco de Crédito, Risco Legal, Risco de Mercado, Risco Operacional, Risco de Subscrição e Risco Estratégico, sendo classificados como Irrelevante, Baixo, Médio, Alto ou Muito Alto, todos com controles estabelecidos e em monitoramento contínuo.

Destaca-se, de forma relevante, o sucesso na auditoria do PPA 518, com pleno atendimento às exigências regulatórias e validação das informações junto aos órgãos competentes, reforçando o compromisso institucional com a conformidade e a governança.

As iniciativas implementadas ampliaram a visibilidade, a rastreabilidade e a capacidade de resposta aos riscos corporativos, posicionando a área como função estratégica de suporte à Alta Administração e ao Conselho, contribuindo para a sustentabilidade e segurança institucional da cooperativa.



		IMPACTO					
		Muito Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)	Alto (4)	Muito Alto (5)	
P R O B A B I L I D A D E	Muito Alto (5)	0	0	2	0	1	Risco Inerente Crítico (16 à 25) Riscos Encontrados: 4 Alto (10 à 15) Riscos Encontrados: 34 Médio (5 à 9) Riscos Encontrados: 105 Baixo (2 à 4) Riscos Encontrados: 67 Irrelevante (1) Riscos Encontrados: 7
	Alto (4)	0	0	1	2	1	
	Médio (3)	0	4	11	16	6	
	Baixo (2)	0	26	34	47	8	
	Muito Baixo (1)	7	14	10	17	7	

Compliance

Práticas de Governança Corporativa

O setor de Compliance da Unimed Bauru adota práticas robustas de ética, integridade e conformidade, alinhadas ao modelo de governança da cooperativa. Com reporte direto à Alta Administração – incluindo o Diretor-Presidente e o Conselho de Administração – o setor mantém a alta gestão continuamente informada sobre as ações do Comitê de Ética, Conduta e Compliance, responsável pela gestão do Canal de Denúncias, bem como sobre as iniciativas implementadas pela área.

O Compliance atua de forma preventiva e estruturante na identificação de riscos e potenciais fraudes, propondo medidas institucionais necessárias ao fortalecimento da governança corporativa e apoiando tecnicamente os órgãos decisórios.

A área participa ativamente da governança organizacional por meio de:

- gestão de projetos estratégicos;
- avaliação e revisão contratual;
- análise de cláusulas críticas de integridade;
- gestão de proteção e privacidade de dados pessoais;
- estruturação e manutenção do fluxo de Políticas Institucionais;
- integração com as frentes de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança;
- mapeamento dos reportes obrigatórios das áreas na temática de Compliance Regulatório.

Resultados e Entregas em 2025

Atuação técnico-regulatória

- Contratos analisados: **52**
- Políticas institucionais analisadas: **23**
- Pareceres de conformidade (Compliance + LGPD): **84**



- Due Diligences realizadas: **451**
- Informativos de disseminação normativa: **32**
- Carga de treinamento ministrada: **5.710 minutos**

Governança e reporte

Relatórios apresentados à Alta Administração:

- 4 relatórios trimestrais ao Diretor-Presidente
- 2 relatórios semestrais ao Conselho de Administração
-

Projetos estratégicos executados (7)

- Semana da Qualidade, Governança, Compliance, Gestão de Riscos e Controles Internos
- Manual do Colaborador
- Automatização do Processo de Due Diligence
- Esteira de Contratos
- Termo de Conflito de Interesses
- Gestão de médicos não cooperados/credenciados

Indicadores operacionais

- Análises de conflito de interesses: 33 análises de conflito de interesse realizadas
- Treinamentos realizados: Treinamento sobre Código de Conduta (ano de 2025, 97,2% de colaboradores treinados)
- Denúncias: 103 denúncias recebidas e conduzidas pelo Comitê de Ética, Conduta e Compliance.
- Reuniões do Comitê de Ética, Conduta e Compliance: 13 reuniões (ordinárias e extraordinárias) para efetiva condução das denúncias registradas e oportunidades de melhorias identificadas.
- Notificações de Recomendação de Melhoria do Comitê de Ética, Conduta e Compliance: 12 oportunidades de melhoria. Entre elas, destacam-se pelo impacto institucional:

Reestruturação e Unificação do Manual do Colaborador, substituindo por um manual unificado. Esta atualização centraliza normas e procedimentos de todas as unidades da Unimed, consolidando de forma inequívoca os direitos e deveres. A iniciativa visa fortalecer garantir a transparência nos direitos e deveres, além de fortalecer o ambiente de integridade e a cultura organizacional.

Instituição da Política de Diversidade e Inclusão com diretrizes claras para consolidar o compromisso da Unimed Bauru com um ambiente de trabalho justo, equitativo e acolhedor. Esta política está rigorosamente alinhada ao Programa de Integridade e ao **Código de Ética**, promovendo a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças.

Oportunidade de melhoria no processo eleitoral da CIPA, visando a robustez dos nossos processos internos, elevando o padrão de segurança, transparência e mitigação dos riscos de fraude.



Em 2025, foi realizado o **Primeiro Treinamento para Líderes** da Unimed Bauru, conduzido pelo Comitê de Ética, Conduta e Compliance, sobre Cultura Ética Integridade Organizacional, inspirado nas manifestações recebidas pelo Canal de Denúncias, consolidando a cultura ética, transparência e integridade, e promovendo reflexões e aprendizados fundamentais para uma liderança consciente e responsável.

Conformidade com Regulamentos e Legislações

O setor é responsável pela elaboração, revisão e atualização dos documentos institucionais necessários para assegurar aderência às legislações e normas aplicáveis à Operadora, incluindo:

- Política de Privacidade
- Política de Compliance
- Política Anticorrupção
- Política de Conflito de Interesses

Em 2025, destacou-se a implantação e disseminação do **Código de Ética e Conduta** e do **Manual do Colaborador (2025-2026)**, fortalecendo o ambiente de integridade e a cultura organizacional.

O Canal de Denúncias permanece sob monitoramento contínuo, com indicadores reportados periodicamente ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Ética, Conduta e Compliance.

Fortalecimento do Programa de Integridade

Ao longo de 2025, o setor manteve a promoção sistêmica do Programa de Integridade, estruturado em sete pilares:

1. Suporte da Alta Administração
2. Avaliação, acompanhamento e mitigação de riscos
3. Código de Ética e Conduta e Políticas Institucionais
4. Treinamentos e comunicação
5. Canal de Denúncias
6. Due Diligence
7. Diversidade e Inclusão

O programa contempla diligências prévias alinhadas às normas setoriais e às melhores práticas anticorrupção, além da realização de treinamentos periódicos voltados à operacionalização dos controles e ao atendimento das exigências legais e regulatórias.

Políticas de Ética e Transparência

A implantação, divulgação e capacitação sobre o Código de Ética e Conduta reforçam a transparência nas relações institucionais e nas atividades da Operadora.

O Canal de Denúncias é amplamente divulgado aos diversos públicos de interesse, incentivando o reporte responsável e fortalecendo a cultura de integridade.

O Compliance presta contas regularmente à Alta Administração por meio de:

- reportes trimestrais ao Diretor-Presidente;
- relatórios semestrais e anuais ao Conselho de Administração;



- comunicações periódicas aos colaboradores sobre volumetria e resultados das atividades.

Comunicação e Visibilidade

Relatórios de governança

- Reportes estruturados com indicadores de denúncias, Due Diligence, chamados e conformidade contratual.

Transparência interna

- Informativos institucionais
- Programas de treinamento
- Ações e atividades de acultramento
- Painéis de indicadores para áreas estratégicas

Transparência externa

- Divulgação de iniciativas de governança
- Participação em programas de proteção de dados e ESG
- Promoção de melhorias que fortalecem a reputação institucional



AÇÕES ESG - AMBIENTAL

Responsabilidade socioambiental

Modelo sustentável de geração de energia:



- Energia fotovoltaica;
- Diversificação da matriz energética, aumentando a segurança do sistema elétrico;
- Eficiência energética e integração com outras fontes renováveis.



Modelo sustentável de descontaminação:



- Fragmentação de resíduos:
- Redução de 20% do volume residual dos lixos infectantes;
- Descontaminação/conversão de lixo infectante em comum.

Hospital digital:



- Consolidação da IA nos processos e uso do prontuário eletrônico: Geração de papel.
- Eficiência aliada à tecnologia, segurança e uso racional de recursos.

Coleta seletiva e reciclagem:



- Coleta e descarte seguro de papeis;
- Reciclagem de papeis e papelão:
 - 27 toneladas de resíduos.

Compensação de Impactos Ambientais

A iniciativa tem como principal objetivo neutralizar os impactos ambientais gerados pela cooperativa nos últimos três anos (2022, 2023 e 2024). A ação é baseada em cálculos precisos da emissão de gás carbônico provenientes de resíduos, consumo de energia e uso da água, que definem a quantidade de árvores necessárias para compensar o CO₂ emitido. O plantio das 700 mudas visa compensar essa emissão, contribuindo para a saúde ambiental da cidade.

Compromisso com o ESG

Esta ação faz parte dos esforços da Unimed Bauru para atender aos critérios do ESG (Environmental, Social, and Governance), um conjunto de práticas que mede o compromisso de uma organização com a sustentabilidade ambiental, social e com boas práticas de governança. A Unimed Bauru, que conquistou o nível bronze no Selo ESG em 2024, segue em busca de evolução contínua, sempre focada em reduzir seus impactos ambientais e promover um futuro mais sustentável e justo.



AÇÕES ESG - SOCIAL

Programa Félix

Destinado a ensinar informática a crianças e adolescentes de 9 a 14 anos, oriundos de famílias de baixa renda, o Programa Félix, que promove o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, formou, neste ano, mais uma turma.

Ao todo, 144 estudantes de quatro programas sociais da cidade concluíram o curso: Projeto Caná (Parque Paulista), Projeto Girassol (Núcleo Fortunato Rocha Lima), Projeto Seara de Luz (Ferradura Mirim) e Projeto Crescer (Parque das Nações).

Caminhada Unimed Bauru

Evento de caráter social. Cada participante doou um litro de leite longa vida no momento da inscrição para retirar a camiseta.

Ao todo, foram arrecadados cerca de 2 mil litros, que serão destinados a cinco entidades assistenciais da cidade.



Campanha do Agasalho - Pessoas e Pets

Campanha do Agasalho da Unimed Bauru obteve um resultado expressivo que comprova o sucesso e a força da solidariedade coletiva: foram arrecadados **5.377,8 kg** de donativos, entre agasalhos, calçados, cobertores e ração para animais.

Grande parte desse volume, 4.602,07 kg, foi conquistada graças ao engajamento dos colaboradores da cooperativa, que participaram ativamente da gincana interna



Associação Mulher Unimed (Amu - Bauru)

**ASSOCIAÇÃO
MULHER****Promove projetos de inclusão e auxílio à comunidade**

Um dos destaques da atuação da AMU é o programa Vida Iluminada, que promove ações voltadas à inclusão de pessoas com deficiência visual, em parceria com o Lar Escola Santa Luzia para Cegos. Entre as iniciativas estão:

- Goalball: apoio contínuo a atletas da modalidade.
- Jardim Sensorial: desenvolvido em parceria com o Jardim Botânico, o projeto promove visitas guiadas conduzidas por pessoas com deficiência visual.
- Venda de camisetas “Vida Iluminada” com renda revertida às ações sociais.

A AMU também atua junto ao Instituto São Cristóvão, apoiando o Coral Viv’Arte, voltado para crianças de 6 a 15 anos. Na Creche Sociedade Cristã Maria Ribeiro, que atende cerca de 175 crianças, a AMU oferece apoio financeiro em eventos, contribuindo para a manutenção da instituição e o bem-estar dos pequenos atendidos.



AÇÕES ESG - GOVERNANÇA

No contexto do ESG, a Governança orienta a forma como a Cooperativa é administrada, assegurando decisões éticas, responsáveis e transparentes. A atuação integrada do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e da gestão garante alinhamento estratégico e respeito aos princípios cooperativistas.

A Cooperativa mantém o compromisso com a ética, a conformidade regulatória e a transparência, por meio do Código de Ética e Conduta, do canal de denúncias e da prestação de contas aos cooperados. Atua também na identificação e no acompanhamento de riscos, fortalecendo os controles internos e a sustentabilidade institucional.

Dessa forma, a Governança no ESG reafirma o compromisso com uma gestão sólida, responsável e voltada ao interesse dos cooperados, garantindo a perenidade da Cooperativa.



Governança Corporativa

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Dr. Marcus Vinícius Marques

Vice-presidente: Dr. Luciano Humberto Soares Camargo

Superintendente: Dr. Christiano de Giacomo Carneiro

Diretor Administrativo: Dr. Gregório de Lima de Souza

DIRETORIA HUB

Dr. Roberson Antequera Moron

Dr. João Trentini

DIRETORIA CDU

Dr. Roger Tedde Mansano

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

VOGAIS

Dr. Paulo Sérgio Tieppo Grossi

Dr. Roger Tedde Mansano

Dr. Edson Carvalho de Melo

Dr. Guilherme Finardi Godoy

Dr. Rodrigo da Fonseca

Monjardim

Dr. Roberson Antequera Moron

Dr. Thiago Barreto Frederigue

CONSELHO FISCAL

Dr. Livio Nakano

Dr. José Mecca Guerin

Dr. André Marcus de Oliveira

Dr. Luis F. Antunes Pinheiro

Dr. Victor Augusto S. S. Leitão

Dr. Alexandre Volney Villa

CONSELHO TÉCNICO

Dr. Leopoldo Katsuda

Dr. Eduardo Boaventura Oliveira

Dr. Danilo Gobbo Braz

Dr. Bruno Nascimento Rosa Hercos

Dr. Marcelo Crivellari Creppe

Dr. Marcelo Guedes Jannini

Dr. Norton Ribeiro

Dr. Jorge Estefano Germano

CONSELHO CONSULTIVO

Dr. Adriano Correa de Moraes

Dr. Ivander Bastazini Junior

Dr. Marcos Cabello dos Santos

Dr. Rodrigo Caio Kesam

Dr. João Abdo Neto

Dra. Cibeles Cabogrosso





Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico

CNPJ nº. 44.456.036/0001-50

Operadora registro ANS nº 36965-9

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas Exercícios 2025-2024



Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, relatório dos auditores independentes e parecer do conselho fiscal.

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais.....	2
Demonstrações do resultado.....	3
Demonstrações do resultado abrangente.....	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	6
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	7
Relatório dos auditores independente.....	52
Parecer do conselho fiscal.....	56



Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024
Ativo						Passivo					
Circulante		443.870	370.861	522.257	436.535	Circulante		156.276	150.010	174.667	160.335
Disponível		10.608	12.521	13.020	15.239	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	13	63.710	51.423	63.710	51.423
Realizável		433.262	358.340	509.237	421.296	Provisão de prêmio/ contraprestação não ganhas - PPCNG		6.467	5.831	6.467	5.831
Aplicações financeiras	5	288.686	215.262	319.942	244.851	Provisão para remissão		410	304	410	304
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		57.219	50.975	61.744	55.007	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		5.225	4.040	5.225	4.040
Aplicações Livres		231.467	164.287	258.198	189.844	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assistenciais		38.555	28.260	38.555	28.260
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	62.873	57.009	62.873	57.009	Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		13.053	12.988	13.053	12.988
Contraprestações pecuniárias a receber		6.277	6.501	6.277	6.501	Débitos de operações assist. à saúde		4.925	4.311	4.925	4.311
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis		11.105	10.403	11.105	10.403	Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		4.925	4.311	4.925	4.311
Contraprestações de corresponsabilidade assumida		45.491	40.105	45.491	40.105	Débitos de oper.assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora		2.371	1.803	2.371	1.803
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	4.899	5.262	4.899	5.262	Tributos e encargos sociais a recolher	14	27.819	30.717	29.355	31.268
Créditos tributários e previdenciários		5.594	3.925	8.376	5.309	Empréstimos e financiamentos a pagar	15	-	3.434	-	3.434
Bens e títulos a receber	8	67.378	72.525	109.164	104.386	Débitos diversos	16	51.682	52.583	68.537	62.357
Despesas antecipadas		3.820	4.352	3.971	4.474	Conta corrente com cooperados		5.769	5.739	5.769	5.739
Conta corrente com cooperados		12	5	12	5			50.634	77.166	57.998	81.954
Não circulante		412.029	425.259	359.397	374.698	Não circulante		50.634	77.166	57.998	81.954
Realizável a longo prazo		57.277	94.565	57.396	94.670	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde		16.523	16.913	16.523	16.913
Aplicações Livres	5	36.819	43.906	36.938	44.011	Provisão para remissão		460	285	460	285
Depósitos judiciais e fiscais	9	17.408	18.116	17.408	18.116	Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		16.063	16.628	16.063	16.628
Bens e títulos a receber	8	3.050	32.543	3.050	32.543	Provisões		27.762	51.267	30.060	51.267
Investimentos	10	141.160	111.273	60.155	31.211	Provisões judiciais	17	27.762	51.267	30.060	51.267
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		104.620	85.252	11.216	5.130	Tributos e encargos sociais a recolher	14	4.090	5.942	4.090	5.942
Participações em Outras Sociedades		104.621	85.252	11.217	5.130	Débitos diversos		2.259	3.044	7.325	7.832
Participações Societárias pelo Método de Custo		27.176	22.447	27.303	22.507			648.989	568.944	648.989	568.944
Outros Investimentos		9.364	3.574	21.636	3.574	Capital social integralizado	19	70.214	63.560	70.214	63.560
Imobilizado	11	211.517	214.670	239.283	243.743	Reservas:		557.347	487.941	557.347	487.941
Imóveis de uso próprio		136.475	129.983	136.475	129.983	Reserva legal		463.967	396.359	463.967	396.359
Hospitales		125.075	117.666	125.075	117.666	Reserva de assistência técnica, educacional e social – RATES		15.453	13.655	15.453	13.655
Não hospitalares		11.400	12.317	11.400	12.317	Reserva técnica para riscos fiscais		69.267	69.267	69.267	69.267
Imobilizado de uso próprio		62.358	70.095	90.124	99.168	Reserva especial de sobras		8.660	8.660	8.660	8.660
Hospitales		42.946	48.456	42.946	48.456			21.428	17.443	21.428	17.443
Não hospitalares		19.412	21.639	47.178	50.712	Sobras à disposição da AGO					
Imobilizações em curso		7.090	8.761	7.090	8.761			855.899	796.120	881.654	811.233
Outras imobilizações: hospitalares		5.594	5.831	5.594	5.831	Total do passivo e do patrimônio líquido		855.899	796.120	881.654	811.233
Intangível	12	2.075	4.751	2.563	5.074						
Total do ativo		855.899	796.120	881.654	811.233						

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Nota	2025	2024	2025	2024
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		706.561	647.214	706.561	647.214
Ingressos com operações de assistência à saúde		722.394	661.192	722.394	661.192
Ingressos de contraprestações líquidas		722.676	661.112	722.676	661.112
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde		(282)	80	(282)	80
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora		(15.833)	(13.978)	(15.833)	(13.978)
Eventos indenizáveis líquidos	20	(529.760)	(487.986)	(529.760)	(487.986)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados		(529.696)	(488.134)	(529.696)	(488.134)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados		(64)	148	(64)	148
Sobra das operações com planos de assistência à saúde		176.801	159.228	176.801	159.228
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde		1.882	1.941	1.882	1.941
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	21	128.103	122.268	174.559	161.644
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar		98.222	93.154	98.222	93.154
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		6.461	7.051	6.461	7.051
Outros ingressos/ receitas operacionais		23.420	22.063	69.876	61.439
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde		(3.762)	(3.401)	(7.769)	(6.998)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde		(3.174)	(16.359)	(3.174)	(16.416)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde		(910)	(14.660)	(910)	(14.660)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças		(357)	(497)	(357)	(497)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.907)	(1.202)	(1.907)	(1.259)
Outros dispêndios/ despesas oper. de assist. à saúde não relac. com planos de saúde da operadora	22	(172.178)	(135.350)	(182.276)	(148.086)
Resultado bruto		127.672	128.327	160.023	151.313
Dispêndios/ despesas com comercialização		(5.022)	(4.624)	(5.022)	(5.137)
Dispêndios/ despesas administrativas	23	(61.879)	(55.139)	(88.874)	(75.715)
Resultado financeiro líquido	24	49.859	22.865	50.659	24.505
Ingressos/ receitas financeiras		55.635	31.935	59.800	34.517
Dispêndios/ despesas financeiras		(5.776)	(9.070)	(9.141)	(10.012)
Resultado patrimonial		11.914	10.055	7.160	7.557
Ingressos/ receitas patrimoniais		13.144	10.304	8.390	7.806
Dispêndios/ despesas patrimoniais		(1.230)	(249)	(1.230)	(249)
Sobra antes dos tributos e participações		122.544	101.484	123.946	102.523
IRPJ	25	(9.670)	(6.829)	(10.678)	(7.572)
CSLL	25	(3.514)	(2.492)	(3.908)	(2.788)
Participações sobre o lucro		(526)	(583)	(526)	(583)
Sobra líquida do exercício		108.834	91.580	108.834	91.580

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Sobra líquida do exercício	108.834	91.580	108.834	91.580
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	108.834	91.580	108.834	91.580

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Reservas					Sobras à	
	Capital social	Reserva	RATES	Reserva	Reserva	disposição	Total
	integralizado	legal		técnica	especial	da AGO	
				para riscos	de sobras		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	57.530	340.332	12.854	69.267	8.660	16.673	505.316
Deliberação da AGO de 27/3/2024							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(16.673)	(16.673)
Integralização de capital	7.087	-	-	-	-	-	7.087
Baixa de capital	(1.057)	-	-	-	-	-	(1.057)
Antecipação de sobras	-	-	-	-	-	(17.309)	(17.309)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	91.580	91.580
Utilização da RATES	-	-	(3.778)	-	-	3.778	-
Constituição de reservas estatutárias:							
Reserva legal	-	9.158	-	-	-	(9.158)	-
RATES	-	-	4.579	-	-	(4.579)	-
Transferência para reserva “Ad-referendum” da AGO	-	46.869	-	-	-	(46.869)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	63.560	396.359	13.655	69.267	8.660	17.443	568.944
Deliberação da AGO de 27/2/2025							
Distribuição de sobras	-	-	-	-	-	(17.443)	(17.443)
Integralização de capital	7.459	-	-	-	-	-	7.459
Baixa de capital	(805)	-	-	-	-	-	(805)
Antecipação de sobras	-	-	-	-	-	(18.000)	(18.000)
Sobra líquida do exercício	-	-	-	-	-	108.834	108.834
Utilização da RATES	-	-	(3.644)	-	-	3.644	-
Constituição de reservas estatutárias:							
Reserva legal	-	10.883	-	-	-	(10.883)	-
RATES	-	-	5.442	-	-	(5.442)	-
Transferência para reserva “Ad-referendum” da AGO	-	56.725	-	-	-	(56.725)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	70.214	463.967	15.453	69.267	8.660	21.428	648.989

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Sobra líquida do exercício	108.834	91.580	108.834	91.580
Ajuste do resultado do exercício:				
Depreciações e amortizações	21.993	20.978	27.553	25.125
Resultado na alienação de bens	6.306	5.056	12.673	5.840
Ajuste a valor justo	(2.679)	(3.390)	(2.746)	(3.424)
Equivalência patrimonial	(4.784)	(2.529)	-	-
Alienação de investimentos	(9.460)	161	-	161
Distribuição de dividendos	962	490	-	-
Provisão para perdas sobre créditos	40.621	4.441	40.621	4.441
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	982	321	982	(323)
Provisões/reversões para ações judiciais	(23.384)	14.490	(21.086)	14.490
Redução (aumento) nos ativos:				
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	(6.244)	161	(6.737)	(3.871)
Aplicações livres	(60.093)	(49.029)	(61.281)	(62.954)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(7.770)	(4.517)	(7.770)	(4.517)
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	(2.032)	1.438	(2.032)	1.438
Créditos tributários e previdenciários	(1.669)	(384)	(3.067)	(632)
Bens e títulos a receber	(6.870)	(10.012)	(16.795)	(6.093)
Despesas antecipadas	532	(1.581)	503	(1.591)
Conta corrente com cooperados	(7)	55	(7)	55
Depósitos judiciais	708	(104)	708	(104)
Aumento (redução) nos passivos:				
Eventos/ sinistros a liquidar	10.915	(6.077)	10.915	(7.143)
Débitos de operações assist. à saúde	614	810	614	810
Débitos com operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	568	(482)	568	(482)
Tributos e encargos sociais a recolher	(4.750)	(7.879)	(3.765)	(8.123)
Débitos diversos	(5)	7.372	7.354	10.838
Conta corrente com cooperados	30	863	30	863
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	63.318	62.232	86.069	56.384
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições do imobilizado e do intangível	(23.282)	(25.855)	(34.067)	(34.481)
Aplicação em investimentos	(9.727)	(14.741)	(21.999)	(1.761)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(33.009)	(40.596)	(56.066)	(36.242)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamentos de financiamentos	(3.434)	(5.979)	(3.434)	(6.370)
Distribuição de sobras	(17.443)	(16.673)	(17.443)	(16.673)
Integralização de capital	7.459	7.087	7.459	7.087
Baixas de capital por demissão de cooperados	(805)	(1.057)	(805)	(1.057)
Antecipação de sobras	(18.000)	(17.309)	(18.000)	(17.309)
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	(32.223)	(33.931)	(32.223)	(34.322)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(1.914)	(12.295)	(2.220)	(14.180)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.607	12.521	13.019	15.239
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.521	24.816	15.239	29.419
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	(1.914)	(12.295)	(2.220)	(14.180)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico, sediada em Bauru SP, que contava com 878 e 885 cooperados no final de 2025 e de 2024, respectivamente, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Esses planos propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus usuários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços próprios cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Controladora conta com duas farmácias localizadas no município de Bauru, onde atendem exclusivamente seus empregados, cooperados e usuários, possui também no município de Bauru, uma unidade denominada, Hospital Unimed e outra unidade denominada Centro de Diagnóstico Unimed, para atendimento aos conveniados, outros convênios e particulares.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da controladora Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico e das seguintes controladas:

	<u>% de participação</u>
Controladas diretas	
Salutem Participações S/A	99,866%
Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda	100,00%
Controlada direta nas controladas indiretas	
Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda.	100,00%
Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda.	100,00%
CardBen Saúde Administradora Ltda	100,00%

a **Salutem Participações S/A - Controlada Direta**

A Salutem Participações S/A é uma sociedade anônima de capital fechado sediada em Bauru SP. Constituída em 4 de agosto de 2020, e tem por objetivo a administração de outras sociedades, participações como quotistas e/ ou acionista em sociedades e investimentos.

Conforme assembleia geral extraordinária da Salutem Participações S/A em 2 de maio de 2024 com registro na JUCESP em 21 de maio de 2024, a Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico integralizou capital na Controladora no montante de R\$ 12.980.291. A acionista Salutem Participações S/A aumentou sua participação na subsidiária Vida Top Mais Saúde, através do aporte de R\$ 11.600.000 em moeda corrente e através da incorporação de R\$ 2.300.000 de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) deliberado na assembleia geral extraordinária de 31 de março de 2023. A acionista Salutem Participações S/A aumentou sua participação também na subsidiária Cardben Saúde, através da incorporação de R\$ 300.000 de AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) deliberado na assembleia geral extraordinária de 31 de março de 2023.

b Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda. – Controlada indireta

A Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda., constituída em 27 de janeiro de 2016 sob a forma de sociedade empresária limitada unipessoal, tem sua sede instalada na cidade de Bauru, estado de São Paulo. Tem como objeto social o comércio atacadista, nacionais e importados, de medicamentos e drogaria de uso humano, implantes, materiais e instrumentos para uso médico, cirúrgico, hospitalar e laboratórios; comércio atacadista de próteses, artigos de ortopedia e odontológicos; comércio atacadista de produtos para saúde, cosméticos, perfumarias e artigos do toucador e produtos de higiene pessoal. Ainda, em setembro de 2019 a Empresa incluiu em seu objeto social as atividades de comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odontológico-hospitalar; partes e peças; aluguel de material médico, e aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares sem operador.

c Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda. – Controlada indireta

A Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., constituída em 9 de fevereiro de 2021 sob a forma de sociedade limitada para sociedade limitada unipessoal, tem sua sede instalada na cidade de Bauru, estado de São Paulo. Tem como objeto social a comercialização, em todo o território nacional, de planos de saúde privados, incluindo a prestação de serviços de gerenciamento, planejamento, organização e operação de planos privados de assistência à saúde, em atendimento ao disposto no art. 34 da Lei 9.656, de 3 de junho de 1998.

Como operadora de planos de assistência à saúde, a Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saúde Ltda., encontra-se registrada na ANS, sob o nº 422835.

d CardBen Saúde Administradora Ltda. – Controlada Indireta

CardBen Saúde Administradora Ltda., constituída em 19/04/2022 sob a forma de sociedade empresária limitada unipessoal, tem sua sede instalada na cidade de Bauru, estado de São Paulo. Tem como objeto social a realização de atividades administrativas e serviços complementares de apoio administrativo incluindo, mas não se limitando, em todo o território nacional, a emissão e administração de cartões de acesso e benefícios na área de saúde e outras atividades de serviços administrativos.

e Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda. – Controlada direta

A investida Compliance Gestão Hospitalar e Amb. Ltda ("Empresa"), constituída em 4/6/2019, tem por objetivo social a prestação de serviço de: (a) administração e gestão de serviços de saúde, próprios e de terceiros, notadamente a administração e assessoramento em gestão de hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde e; (b) de reestruturação ("turnaround") para pessoas jurídicas na área da saúde, notadamente, hospitais, ambulatórios e clínicas de saúde.

f Pharmacia Saludem Drogaria Ltda. . – Controlada direta

A Pharmacia Saludem Drogaria LTDA ("Empresa"), constituída em 01/6/2025, sob a forma de sociedade limitada unipessoal, tem sua sede instalada na cidade de Bauru, estado de São Paulo tem por objetivo social o comércio varejista de produtos farmacêuticos, comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializados em

produtos não especificado anteriormente, comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador, serviço de vacinação e imunização humana, atividades de profissionais da área de saúde não especificado anteriormente. A Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico integralizou um montante de R\$ 1.000, correspondendo 1.000 (cotas), conforme contrato social de abertura, com posterior aumento de capital social no valor de R\$ 4.700.000,00, através de laudo técnico contábil de ativos e passivos patrimoniais levantados em 30 de novembro de 2025. perfazendo um capital social total no valor de R\$ 4.701.000, correspondente a 4.701.000 (cotas).

2 Ambiente regulatório

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Controladora está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

Como operadora de planos de assistência à saúde, a Unimed de Bauru encontra-se registrada na ANS, sob o nº 369659.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda adaptadas às peculiaridades da atividade cooperativista em consonância com a Lei 5.764/1971. Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através da Resolução Normativa nº 528 de 29 de abril de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Controladora e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração da Controladora em 13 de fevereiro de 2026.

b Mensuração de valor

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda de apresentação e funcional da Controladora.

d Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC e regulamentação complementar da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS exige que a Administração da Controladora faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas pela Controladora e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 6 e 7** - Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde;
- **Nota explicativa nº 11** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado;
- **Nota explicativa nº 11** – estimativa da taxa incremental sobre empréstimos para fins dos arrendamentos;
- **Nota explicativa nº 12** – Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 13** – Provisão para eventos ocorrido e não avisados – PEONA, PEONA SUS, Provisão para Remissão e Ressarcimento ao SUS; e
- **Nota explicativa nº 17** – Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e Base de consolidação**e.1 Controladas**

A Cooperativa controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio de método de equivalência patrimonial.

e.2 Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre as empresas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre elas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

f Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que institui a primeira fase de regulamentação da Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil.

O novo modelo tributário está estruturado com base em um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional, os quais substituirão gradualmente o PIS, a COFINS, o ICMS e o ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável.

A Reforma Tributária prevê um período de transição a partir de 2026, durante o qual os tributos atuais e os novos tributos coexistirão. A partir desse exercício, inicia-se a fase operacional experimental, com a implementação da CBS e do IBS mediante a aplicação de alíquotas teste de 0,90% para a CBS e 0,10% para o IBS, sem substituição imediata dos tributos vigentes.

Nesse contexto, as entidades passam a cumprir obrigações acessórias específicas, incluindo a escrituração segregada das operações, o destaque da CBS e do IBS nos documentos fiscais eletrônicos e o envio das informações aos sistemas fiscais competentes, com o objetivo de viabilizar testes operacionais, adequações sistêmicas e validação dos procedimentos de apuração e controle dos novos tributos.

Os efeitos e impactos da Reforma Tributária não estão refletidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa e suas controladas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não requerem ajustes de reconhecimento, mensuração ou divulgação, uma vez que os impactos financeiros e operacionais somente poderão ser adequadamente mensurados à medida que o processo de regulamentação infralegal seja concluído e a transição avance a partir de 2026. A administração da Cooperativa e suas controladas acompanham continuamente a evolução da regulação aplicável e avaliará tempestivamente os eventuais impactos contábeis e operacionais.

f.1 Novas normas, alterações e emendas às normas contábeis adotadas pela Cooperativa e suas controladas

f.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2025

As seguintes normas novas e alteradas não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cooperativa e suas controladas:

(i) CPC 02 / IAS 21 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversibilidade de moeda

As alterações ao CPC 02, em convergência com as emendas à IAS 21 (*Lack of Exchangeability*), estabelecem critérios para a identificação de situações de falta de conversibilidade de moeda, definindo quando uma entidade não consegue obter quantias significativas de moeda estrangeira para fins específicos dentro de um prazo razoável. A norma também disciplina a determinação da taxa de câmbio aplicável, inclusive mediante a utilização de taxas estimadas quando não houver taxa observável, além de reforçar os requisitos de divulgação relacionados aos impactos financeiros decorrentes da perda de conversibilidade.

(ii) OCPC 10 – Contabilização dos créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO)

A orientação técnica estabelece diretrizes para o reconhecimento, mensuração e divulgação desses ativos ambientais. A Cooperativa e suas controladas avaliaram os requisitos da norma e concluíram que não houve impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício.

f.2 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivadas

Determinadas normas contábeis foram emitidas e serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Cooperativa e suas controladas não adotaram antecipadamente as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) CBPS 01 / IFRS S1 e CBPS 02 / IFRS S2

As normas CBPS 01 e CBPS 02 (IFRS S1 e IFRS S2) estabelecem requisitos para a identificação, mensuração, gestão e divulgação de informações financeiras relacionadas a riscos e oportunidades de sustentabilidade, com ênfase nos riscos e oportunidades relacionados ao clima. As divulgações devem ser consistentes com a governança, estratégia, gestão de riscos e métricas adotadas pela entidade, bem como integradas às informações financeiras tradicionais. Essas normas entram em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026.

(ii) CPC 48 / IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos financeiros

As alterações publicadas em 2024 tratam de ajustes nos critérios de reconhecimento, baixa, classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo a incorporação de contratos de eletricidade e sua elegibilidade para contabilidade de hedge, além do aprimoramento das divulgações relativas a instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e a instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Essas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada com aplicação retrospectiva. A Administração da Cooperativa e suas controladas avaliaram as alterações e concluíram que não possuem impacto sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(iii) CPC 51 / IFRS 18 – Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras

O CPC 51 (IFRS 18) introduz novos conceitos relacionados à estrutura e apresentação da Demonstração do Resultado, exigindo a classificação das receitas e despesas em três categorias: operacional, investimento e financiamento. A norma também reforça os requisitos de divulgação das medidas de desempenho definidas pela Administração (Management Performance Measures – MPMS) e estabelece critérios mais objetivos para a apresentação das despesas operacionais, que deverão ser divulgadas de forma consistente, por natureza ou por função. O CPC 51 (IFRS 18) entra em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027.

4 Políticas contábeis materiais

A Controladora e suas controladas aplicaram as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicações ao contrário.

a Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros*Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Cooperativa para a gestão desses ativos financeiros. A Cooperativa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros”. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios Cooperativa para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Cooperativa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros que a Cooperativa possui são classificados em duas categorias:

- *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Cooperativa ao custo amortizado incluem crédito de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e bens e títulos a receber.

- *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria a Cooperativa classifica as aplicações financeiras e investimentos.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Cooperativa transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Cooperativa transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Cooperativa nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Cooperativa incluem débitos de operações assistência à saúde, débitos de operações assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, empréstimos e financiamentos a pagar e débitos diversos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros que a Cooperativa possui são classificados na categoria:

- *Passivos financeiros ao custo amortizado*: após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o

desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

b Caixa e equivalentes de caixa

Representado por numerários em caixa, saldos em bancos conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo da Controlado e suas controladas. Conforme determinação da ANS em grupo titulado "Disponível".

c Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas como:

Livres: são resgatáveis no prazo até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado, e,

Garantidoras de provisões técnicas: visam lastrear as provisões técnicas, no âmbito do sistema de saúde suplementar em conformidade com a RN 521, de 29 de abril de 2022, as quais possuem cláusulas restritivas de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

d Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, das receitas oriundas dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos. A Administração da Controladora e suas controladas, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

e Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos os custos.

f Investimentos

Representados, substancialmente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica, que são avaliados pelo valor justo das cotas.

Os investimentos em controladas e coligadas não cooperativas são avaliados por equivalência patrimonial. Nesse método, a participação proporcional da Controladora e suas controladas nos lucros ou prejuízos de sua investida é reconhecida no resultado não operacional.

g Imobilizado**g.1 Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas não recuperáveis. O custo histórico inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

g.2 Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Cooperativa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

g.3 Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais foram revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g.4 Depreciação

O CPC 06 R2 (IFRS 16) por meio da RN 528, de 29 de abril de 2022, introduz um modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento.

Com relação à natureza das despesas relacionadas com estes contratos, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com a junção do custo de depreciação dos ativos de direito de uso e da despesa de juros sobre os passivos de arrendamentos, passando a registrar em despesas financeiras. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros e operacionais.

Arrendamentos que representam isenções no reconhecimento

A Controladora aplica isenções de reconhecimento para o arrendamento de curto prazo e arrendamento para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor. Estes arrendamentos incluem essencialmente contratos de comodatos e de licenças de softwares. Para estes arrendamentos, as despesas de locação são reconhecidas de forma linear, quando incorridas.

h Intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

i Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Administração da Controladora e suas controladas revisam anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (ou grupo de ativos relacionados), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para recuperação, ajustando o valor contábil líquido dos ativos ao valor recuperável (*impairment*), em contrapartida do resultado. Se uma perda por redução ao valor recuperável for subsequentemente revertida, o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos relacionados) é aumentado para a estimativa revista de seu valor recuperável, mas sem exceder o valor que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

j Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir liquidez financeira e operacional das operadoras de planos de assistência à saúde, a saber:

j.1 Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG

Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido de acordo com o “pro rata temporis”.

j.2 Provisão para remissão

Decorrente de cláusulas contratuais estabelecida pela Resolução Normativa nº 462, de 19 de novembro de 2020, da ANS. É calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. A provisão é segregada entre benefícios concedidos e benefícios a conceder, conforme segue:

Benefícios concedidos: quando aplicável, a Controladora deve constituir provisão para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações referentes à cobertura de assistência à saúde, quando existentes, sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

j.3 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS

O ressarcimento ao SUS, criado pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, e regulamentado pelas normas da ANS, é a obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas do Sistema Único de Saúde no eventual atendimento de seus beneficiários que estejam cobertos pelos respectivos planos.

j.4 Provisão de eventos/ sinistros a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

j.5 Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA

Conforme disposto na Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022, a Controladora deve constituir mensalmente Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA), para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e ainda não apresentados. Até 2013 ela foi constituída com base na RN 160 e posteriores alterações. A partir de setembro de 2014, a Controladora elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão aprovada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. A provisão teve seu início em janeiro de 2008.

j.6 Teste de adequação de passivos – TAP

O TAP é elaborado para todos os contratos vigentes na data de execução do teste. Esse teste é elaborado segregando-se os contratos de pré-pagamento, entre as modalidades individual, coletiva empresarial, coletiva por adesão e corresponsabilidade assumida. As estimativas correntes dos fluxos de caixa deverão ser descontadas a valor presente com base nas estruturas a termo de taxa de juros (ETTJ) livre de risco pré-fixada definidas pela ANBIMA.

O resultado do Teste de Adequação de Passivo, realizado na data-base de 31 de dezembro de 2025, considerando as premissas e critérios citados acima, não indicou nenhuma insuficiência consolidada da soma das modalidades e por modalidade.

j.7 Outras Provisões

Quando aplicável, a Controladora deve constituir provisões necessárias à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que consubstanciada em Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP e aprovadas pela Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (“DIOPE”), sendo de constituição obrigatória a partir da data da efetiva autorização.

k Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

l Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Controladora e suas controladas tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

m Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Controladora e suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Controladora e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

n Imposto de renda e contribuição social

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente da operação com cooperados é isento destes tributos.

o Atos cooperativos e não cooperativos

Os Atos Cooperativos Principais são aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, e pelas cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais, correspondendo ao valor dos serviços efetivamente realizados pelos cooperados, conforme definido no artigo 79 da Lei nº 5.764/71.

Os Atos Cooperativos Auxiliares são aqueles que auxiliam o médico cooperado na sua prestação de serviços. Correspondem à utilização de hospitais, clínicas e laboratórios, sendo que, sem esta estrutura, não se poderia praticar a medicina.

Os Atos Não Cooperativos são aqueles que não têm relação com os médicos cooperados, alheios ao propósito principal da Cooperativa médica.

Os critérios de alocação dos dispêndios e despesas gerais, bem como o faturamento e demais receitas operacionais com atos cooperativos e não cooperativos, são como segue:

- Os custos diretos (eventos indenizáveis líquidos) da Cooperativa são identificados por ato cooperativo e ato não cooperativo;
- O faturamento em coparticipação e custo operacional são classificados em ato cooperativo e não cooperativo, de acordo com o evento ocorrido. Para o faturamento na modalidade de pré-pagamento, é efetuado um rateio proporcional ao custo direto desta modalidade;
- As despesas e as demais receitas indiretas são alocadas entre atos cooperativos e não cooperativos na proporção dos custos destes atos, desde que não seja possível separar objetivamente, o que pertence a cada espécie de despesa ou receita.

p Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

q Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Controladora e suas controladas questionaram a inconstitucionalidade de tributos.

r Capital social

As cotas de capital de cada cooperado são classificadas no patrimônio líquido conforme artigo 140, da Lei nº 13.097/2015. No caso de demissão, eliminação ou exclusão os valores das cotas são reclassificados para o passivo circulante, aguardando aprovação do Conselho de Administração e será devolvido conforme o estatuto da Controladora e a legislação.

s Apuração das sobras ou perdas

Os ingressos e dispêndios de cooperados e as receitas e despesas com terceiros foram apropriados obedecendo ao regime de competência dos exercícios, e considera:

- Ingressos com operações de assistência à saúde: geralmente acordada entre a operadora e o comprador ou usuário do serviço de saúde, é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzida de quaisquer descontos e/ ou abatimentos.
- Eventos/ sinistros conhecidos ou avisados: é reconhecida no primeiro momento da identificação da ocorrência da despesa médica, independente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas, reconhecidas pelo valor integral cobrado pelo prestador de serviço de saúde credenciado da Operadora.

t Reconhecimento de receita CPC 47 (IFRS 15)

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita é reconhecida. Substitui o IAS 18/CPC 30 – Receitas, IAS 11/CPC 17 – Contratos de Construção e IFRIC 13 – Programas de Fidelidade com o Cliente. A nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes, exceto contrato de aluguel (receitas de aluguel), instrumentos financeiros (juros) e contratos de seguros, para quais se aplicam normas específicas.

Introduzida pela Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022, a aplicação do CPC 47/IFRS 15 a partir de 1 de janeiro de 2022, a Cooperativa avaliou os impactos, e para atender o novo pronunciamento, a ANS modificou o plano de contas, modificando assim a contabilização da corresponsabilidade cedida, em que a operadora que presta o serviço à operadora de origem do beneficiário, passando a reconhecer a despesa e recuperação de eventos e sinistros a liquidar no mesmo grupo de contas. Desta forma, no grupo de receitas consta apenas a taxa de administração cobrada.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	Controladora						Consolidado					
	2025			2024			2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Aplicações garantidoras de provisões técnicas (i)												
Fundo Sicredi – SOB7CTF000	35.753	-	35.753	31.892	-	31.892	38.505	-	38.505	34.347	-	34.347
Fundos de investimento XP ANS Multimercado	9.651	-	9.651	8.582	-	8.582	11.424	-	11.424	10.159	-	10.159
Fundos de investimento ANS - Banco Santander	11.815	-	11.815	10.501	-	10.501	11.815	-	11.815	10.501	-	10.501
	57.219	-	57.219	50.975	-	50.975	61.744	-	61.744	55.007	-	55.007
Aplicações livres												
CDB-DI pós-fixado	70.004	5.499	75.503	35.144	17.629	52.773	90.154	5.618	95.772	56.958	17.734	74.692
Fundos de investimento	119.715	-	119.715	92.798	-	92.798	125.296	-	125.296	95.571	-	95.571
Títulos da dívida pública	41.748	-	41.748	36.345	-	36.345	42.748	-	42.748	37.315	-	37.315
Renda Fixa - DPGE	-	31.320	31.320	-	26.277	26.277	-	31.320	31.320	-	26.277	26.277
	231.467	36.819	268.286	164.287	43.906	208.193	258.198	36.938	295.136	189.844	44.011	233.855
	288.686	36.819	325.505	215.262	43.906	259.168	319.942	36.938	356.880	244.851	44.011	288.862

As aplicações financeiras são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários.

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Controladora e suas controladas.

- (i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN 392/2015 e posteriores modificações pela Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Descrição	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	2025			2024		
	Pré pagamento	Pós pagamento	Total	Pré pagamento	Pós pagamento	Total
Contraprestações pecuniárias a receber						
Plano Individual	2.519	-	2.519	2.845	-	2.845
Plano empresarial/coletivo	4.691	5.960	10.651	4.356	5.850	10.206
Livre adesão	713	6.018	6.731	770	6.018	6.788
(-) PPSC (i)	(3.519)	(10.105)	(13.624)	(3.559)	(9.779)	(13.338)
	4.404	1.873	6.277	4.412	2.089	6.501
Participação Benef. Eventos e Sinistros Indenizáveis						
Plano Individual	3.546	-	3.546	3.340	-	3.340
Plano empresarial/coletivo	6.355	-	6.355	5.926	-	5.926
Livre adesão	1.631	-	1.631	1.567	-	1.567
(-) PPSC (i)	(427)	-	(427)	(430)	-	(430)
	11.105	-	11.105	10.403	-	10.403
Contraprestações de corresponsabilidade assumida						
Empresarial	49	57.986	58.035	88	50.938	51.026
(-) PPSC (i)	-	(12.544)	(12.544)	-	(10.921)	(10.921)
	49	45.442	45.491	88	40.017	40.105
	15.558	47.315	62.873	14.903	42.106	57.009

- (i) A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais planos.

7 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Intercâmbio a receber – atendimento eventual (i)	10.358	10.209
Contas a receber – hospital (ii)	6.861	4.830
Outras contas a receber	3.491	3.639
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC (iii)	<u>(15.811)</u>	<u>(13.416)</u>
	<u>4.899</u>	<u>5.262</u>

- (i)** Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.
- (ii)** Contas a receber referentes aos serviços prestados pelo Hospital Unimed e pelo Centro de Diagnóstico da Unimed a clientes particulares e outros convênios.
- (iii)** Substancialmente composto por valores a receber de convênios de auto-gestão. A provisão para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber é constituída pela totalidade dos créditos dos contratos vencidos há mais de 90 dias.

8 Bens e títulos a receber

Descrição	Controladora						Consolidado					
	2025			2024			2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Estoque (i)												
Estoque de materiais e medicamentos	24.544	-	24.544	25.873	-	25.873	62.550	-	62.550	54.680	-	54.680
	24.544	-	24.544	25.873	-	25.873	62.550	-	62.550	54.680	-	54.680
Outros créditos a receber												
Adiantamentos a fornecedores	2.252	157	2.409	1.284	-	1.284	4.506	157	4.663	2.038	-	2.038
Outras contas a receber (ii)	53.839	3.327	57.166	49.432	3.850	53.282	59.129	3.327	62.456	54.535	3.850	58.385
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.765	-	3.765	2.803	-	2.803	-	-	-	-	-	-
Associação Beneficiária Portuguesa de Bauru (iii)	-	-	-	7.632	29.255	36.887	-	-	-	7.632	29.255	36.887
(-) Provisão para perdas sobre créditos – PPSC	(17.022)	(741)	(17.763)	(14.499)	(1.161)	(15.660)	(17.022)	(741)	(17.763)	(14.499)	(1.161)	(15.660)
Outros direitos	-	307	307	-	599	599	1	307	308	-	599	599
	42.834	3.050	45.884	46.652	32.543	79.195	46.614	3.050	49.664	49.706	32.543	82.249
	67.378	3.050	70.428	72.525	32.543	105.068	109.164	3.050	112.214	104.386	32.543	136.929

(i) Estoque de materiais e medicamentos disponível para comercialização na farmácia e para utilização da Controladora e Controladas compostos da seguinte forma:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Medicamentos	11.442	11.038	30.001	25.668
Materiais médico-hospitalares	4.881	5.696	4.881	5.696
OPME (*)	5.500	6.560	24.947	20.737
Almoxarifado	776	710	776	710
Manutenção	1.276	1.121	1.276	1.121
Material de higiene e limpeza	401	488	401	488
Gêneros alimentícios, dietas e nutrição	89	90	89	90
Materiais de proteção e segurança	57	71	57	71
Rouparia	74	44	74	44
Descartáveis	48	55	48	55
	24.544	25.873	62.550	54.680

(*) Órteses, próteses e materiais especiais, nacionais e importados.

- (ii) Substancialmente composto pelo faturamento antecipado dos contratos de intercâmbio de competência dezembro/2025, cuja emissão da fatura ocorrerá em período subsequente.
- (iii) Em 2020, a Administração efetuou a formalização da operação de empréstimo com a Associação Beneficente Portuguesa de Bauru, para pagamento parcelado sendo a primeira parcela de R\$ 415, com vencimento em 28 de fevereiro de 2021 e as demais de R\$ 400, vencíveis no último dia útil de cada mês, corrigido anualmente pela taxa SELIC. O vencimento final da operação é abril de 2030. Em 2025, considerando a análise de recuperabilidade do crédito e diante das circunstâncias que indicaram incerteza relevante quanto à sua realização, a Administração constituiu provisão para perda sobre a totalidade do saldo remanescente.

9 Depósitos judiciais e fiscais

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Judiciais cíveis	187	160
Judiciais trabalhistas	131	191
Ressarcimento ao SUS	14.600	15.226
Taxa de saúde suplementar e multas ANS	2.486	2.539
Saldo bloqueado - Processo judicial	4	-
	17.408	18.116

10 Investimentos

a Composição do saldo

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial				
Unimed Seguradora	6.516	5.130	6.516	5.130
Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda.	10.714	9.983	-	-
Salutem Participações S/A	82.690	70.139	-	-
Pharmacia Salutem Drogaria Ltda	4.701	-	4.701	-
	104.621	85.252	11.217	5.130
Participações Societárias pelo Método de Custo				
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.363	1.207	1.489	1.267
Banco Uniprime	114	2	115	2
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	6.938	5.969	6.938	5.969
Unimed Centro Oeste Paulista	10.582	10.581	10.582	10.581
Central Nacional Unimed	6.418	2.927	6.418	2.927
Central Nacional Unimed - FCNRPLA (i)	1.761	1.761	1.761	1.761
	27.176	22.447	27.303	22.507
Outros investimentos				
Imóveis destinados à renda	9.364	3.574	21.636	3.574
	9.364	3.574	21.636	3.574
	141.161	111.273	60.156	31.211

b Movimentação dos investimentos

														Controladora
	1º/1/2024	Adição	Baixa	Ajuste a valor justo	Distribuição de dividendo	Equivalência patrimonial	31/12/2024	Adição	Baixa	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste a valor justo	Distribuição de dividendo	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial														
Unimed Seguradora	4.459	-	(39)	710	-	-	5.130	-	(55)		1.441	-	-	6.516
Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda. (ii)	9.517	-	-	-	-	466	9.983	-	-	-	-	-	731	10.714
Salutem Participações S/A (i)	55.586	12.980	-	-	(490)	2.063	70.139	-	-	9.460	-	(962)	4.053	82.690
Pharmacia Salutem Drogaria Ltda	-	-	-	-	-	-	-	4.701	-	-	-	-	-	4.701
	69.562	12.980	(39)	710	(490)	2.529	85.252	4.701	(55)	9.460	1.441	(962)	4.784	104.621
Participações Societárias pelo Método de Custo														
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.129	-	-	78	-	-	1.207	-	-	-	156	-	-	1.363
Banco Uniprime	25	-	(122)	99	-	-	2	-	-	-	112	-	-	114
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	3.785	-	-	2.184	-	-	5.969	-	-	-	969	-	-	6.938
Unimed Centro Oeste Paulista	10.579	-	-	2	-	-	10.581	-	-	-	1	-	-	10.582
Central Nacional Unimed	2.610	-	-	317	-	-	2.927	3.491	-	-	-	-	-	6.418
Central Nacional Unimed - FCNRPLA	-	1.761	-	-	-	-	1.761	-	-	-	-	-	-	1.761
	18.128	1.761	(122)	2.680	-	-	22.447	3.491	-	-	1.238	-	-	27.176
Outros investimentos														
Imóveis destinados à renda	3.574	-	-	-	-	-	3.574	5.790	-	-	-	-	-	9.364
	3.574	-	-	-	-	-	3.574	5.790	-	-	-	-	-	9.364
	91.264	14.741	(161)	3.390	(490)	2.529	111.273	13.982	(55)	9.460	2.679	(962)	4.784	141.161

Consolidado									
	1º/1/2024	Adição	Baixa	Ajuste a valor justo	31/12/2024	Adição	Baixa	Ajuste a valor justo	31/12/2025
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial									
Unimed Seguradora	4.459	-	(39)	710	5.130	-	(55)	1.441	6.516
Pharmacia Salutem Drogaria Ltda	-	-	-	-	-	4.701	-	-	4.701
	4.459	-	(39)	710	5.130	4.701	(55)	1.441	11.217
Participações Societárias pelo Método de Custo									
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.155	-	-	112	1.267	-	-	222	1.489
Banco Uniprime	25	-	(122)	99	2	-	-	113	115
Federação das Unimed's do Estado de São Paulo	3.785	-	-	2.184	5.969	-	-	969	6.938
Unimed Centro Oeste Paulista	10.579	-	-	2	10.581	-	-	1	10.582
Central Nacional Unimed	2.610	-	-	317	2.927	3.491	-	-	6.418
Central Nacional Unimed - FCNRPLA	-	1.761	-	-	1.761	-	-	-	1.761
	18.154	1.761	(122)	2.714	22.507	3.491	-	1.305	27.303
Outros investimentos									
Imóveis destinados à renda	3.574	-	-	-	3.574	18.062	-	-	21.636
	3.574	-	-	-	3.574	18.062	-	-	21.636
	26.187	1.761	(161)	3.424	31.211	26.254	(55)	2.746	60.156

c Representação das participações
▪ Compliance Gestão Hospitalar e Ambulatorial Ltda.

	2025	2024
Percentual de participação	<u>100,00%</u>	<u>100,00%</u>
Ativo	10.792	10.062
Passivo	10.792	10.062
Capital social	10.000	10.000
Patrimônio líquido	10.714	9.983
Resultado do exercício	731	466
Resultado de equivalência patrimonial	<u>731</u>	<u>466</u>
Valor atualizado do investimento	<u>10.714</u>	<u>9.983</u>

▪ Salutem Participações S/A

	2025	2024
Capital social – R\$	48.552	48.552
Número de cotas do capital	48.552	48.552
Quantidade de cotas possuídas pela Investidora	48.478	48.478
Patrimônio líquido – R\$	82.801	70.245
% de participação	<u>99,866%</u>	<u>99,848%</u>
Valor atualizado do investimento	<u>82.690</u>	<u>70.139</u>

As demonstrações financeiras da controlada Salutem Participações S/A e suas controladas, foram por nós examinadas, conforme relatório, datado de 23 de janeiro de 2025 e não continha modificações.

▪ Pharmacia Salutem Drogaria Ltda

	2025
Percentual de participação	<u>100,00%</u>
Ativo	6.503
Passivo	6.503
Capital social	4.701
Patrimônio líquido	<u>4.701</u>
Valor atualizado do investimento	<u>4.701</u>

Não houve movimentação de resultado em dezembro de 2025.



11 Imobilizado

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de depreciação	Controladora						Consolidado					
		2025			2024			2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	-	15.044	-	15.044	11.038	-	11.038	15.044	-	15.044	11.038	-	11.038
Edificações	4%	156.982	(35.551)	121.431	152.607	(33.663)	118.944	156.982	(35.551)	121.431	152.607	(33.663)	118.944
Aparelhos e equipamentos	10% a 50%	143.310	(90.714)	52.596	137.725	(78.761)	58.964	145.778	(91.741)	54.037	140.132	(79.554)	60.578
Veículos	20%	92	(87)	5	92	(72)	20	96	(91)	5	96	(76)	20
Móveis e utensílios	10%	13.013	(7.322)	5.691	12.069	(6.516)	5.553	13.241	(7.435)	5.806	12.290	(6.607)	5.683
Computadores e periféricos	20%	22.091	(18.024)	4.067	21.183	(15.624)	5.559	23.163	(19.002)	4.161	22.203	(16.446)	5.757
Imobilização em curso	-	7.090	-	7.090	8.761	-	8.761	7.090	-	7.090	8.761	-	8.761
Materiais e instrumentais	20%	-	-	-	-	-	-	19.960	(7.721)	12.239	18.408	(5.885)	12.523
Máquinas aparelhos e equipamentos para locação	20%	-	-	-	-	-	-	15.332	(7.356)	7.976	14.739	(5.846)	8.893
Outras imobilizações	10%	12.372	(6.779)	5.593	11.697	(5.866)	5.831	12.372	(6.779)	5.593	11.697	(5.866)	5.831
Direito de uso de arrendamentos	20%	-	-	-	-	-	-	8.179	(2.279)	5.900	6.438	(723)	5.715
		369.994	(158.477)	211.517	355.172	(140.502)	214.670	417.237	(177.955)	239.282	398.409	(154.666)	243.743

A Administração da Controladora e suas controladas realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2025, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

b Movimentação do custo histórico

Descrição									Controladora
	1º/1/2024	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2024	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Terrenos	10.964	74	-	-	11.038	4.317	(311)	-	15.044
Edificações	151.570	122	-	915	152.607	853	(5.836)	9.358	156.982
Aparelhos e equipamentos	128.573	9.963	(775)	(36)	137.725	5.563	(716)	738	143.310
Veículos	92	-	-	-	92	-	-	-	92
Móveis e utensílios	10.668	1.486	(53)	(32)	12.069	1.363	(584)	165	13.013
Computadores e periféricos	18.967	2.256	(26)	(14)	21.183	1.043	(135)	-	22.091
Imobilização em curso	3.921	10.551	(4.796)	(915)	8.761	9.085	(870)	(9.886)	7.090
Outras imobilizações	10.765	894	(44)	82	11.697	1.050	-	(375)	12.372
	335.520	25.346	(5.694)	-	355.172	23.274	(8.452)	-	369.994

Descrição					Consolidado
	1º/1/2024	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Terrenos	11.038	4.317	(311)	-	15.044
Edificações	152.607	853	(5.836)	9.358	156.982
Aparelhos e equipamentos	140.132	5.643	(735)	738	145.778
Veículos	96	-	-	-	96
Móveis e utensílios	12.290	1.369	(583)	165	13.241
Computadores e periféricos	22.203	1.099	(139)	-	23.163
Imobilização em curso	8.761	9.085	(870)	(9.886)	7.090
Materiais e instrumentais	18.408	1.766	(214)	-	19.960
Máquinas aparelhos e equipamentos para locação	14.739	622	(29)	-	15.332
Outras imobilizações	11.697	1.050	-	(375)	12.372
Direito de uso de arrendamentos	6.438	7.946	(6.205)	-	8.179
	398.409	33.750	(14.922)	-	417.237

c Movimentação da depreciação acumulada

Descrição	Controladora							
	1º/1/2024	Adição	Baixa	Transferência	31/12/2024	Adição	Baixa	Transferência
Edificações	(31.030)	(2.633)	-	-	(33.663)	(2.692)	804	-
Aparelhos e equipamentos	(67.613)	(11.675)	526	1	(78.761)	(12.063)	302	(192)
Veículos	(56)	(16)	-	-	(72)	(15)	-	-
Móveis e utensílios	(5.712)	(874)	50	20	(6.516)	(1.004)	198	-
Computadores e periféricos	(13.642)	(2.011)	25	4	(15.624)	(2.429)	29	-
Outras imobilizações	(4.833)	(1.045)	37	(25)	(5.866)	(1.105)	-	192
	(122.886)	(18.254)	638	-	(140.502)	(19.308)	1.333	-

Descrição	Consolidado				
	1º/1/2024	Aquisição	Baixa	Transferência	31/12/2025
Edificações	(33.663)	(2.692)	804	-	(35.551)
Aparelhos e equipamentos	(79.554)	(12.297)	302	(192)	(91.741)
Veículos	(76)	(15)	-	-	(91)
Móveis e utensílios	(6.607)	(1.026)	198	-	(7.435)
Computadores e periféricos	(16.446)	(2.584)	28	-	(19.002)
Materiais e instrumentais	(5.885)	(1.931)	95	-	(7.721)
Máquinas aparelhos e equipamentos para locação	(5.846)	(1.519)	9	-	(7.356)
Outras imobilizações	(5.866)	(1.105)	-	192	(6.779)
Direito de uso de arrendamentos	(723)	(1.556)	-	-	(2.279)
	(154.666)	(24.725)	1.436	-	(177.955)

12 Intangível

a Composição do saldo

Descrição	Taxa anual de amortização	Controladora			Consolidado		
		2025			2024		
		Custo	Amortização acumulada	Total	Custo	Amortização acumulada	Total
Software	20%	20.689	(18.614)	2.075	20.680	(15.929)	4.751
		21.633	(19.070)	2.563	21.316	(16.242)	5.074

b Movimentação do intangível

Descrição	Controladora					
	1º/1/2024	Adição	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Custo histórico	20.171	509	20.680	9	-	20.689
(-) Amortização acumulada	(13.205)	(2.724)	(15.929)	(2.685)	-	(18.614)
	6.966	(2.215)	4.751	(2.676)	-	2.075

Descrição	Consolidado					
	1º/1/2024	Adição	31/12/2024	Adição	Baixa	31/12/2025
Custo histórico	20.708	608	21.316	317	-	21.633
(-) Amortização acumulada	(13.411)	(2.831)	(16.242)	(2.828)	-	(19.070)
	7.297	(2.223)	5.074	(2.511)	-	2.563

13 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Descrição	Controladora e Consolidado			Controladora e Consolidado		
	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganhas – PPCNG (i)						
Plano Individual	3.706	-	3.706	3.419	-	3.419
Livre adesão	413	-	413	377	-	377
Plano empresarial/coletivo	2.348	-	2.348	2.035	-	2.035
	6.467	-	6.467	5.831	-	5.831
Provisão para remissão (ii)						
Provisão para remissão	410	460	870	304	285	589
	410	460	870	304	285	589
Provisão para eventos a liquidar para o SUS (iii)						
Provisão para eventos a liquidar para o SUS	5.225	16.063	21.288	4.040	16.628	20.668
	5.225	16.063	21.288	4.040	16.628	20.668
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar (iv)						
Cooperados	18.263	-	18.263	16.055	-	16.055
Serviços credenciados	18.793	-	18.793	11.211	-	11.211
Intercâmbio	1.410	-	1.410	852	-	852
Reembolso a usuários	89	-	89	142	-	142
	38.555	-	38.555	28.260	-	28.260
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA						
Provisão de eventos ocorridos e não avisados – PEONA (v)	12.150	-	12.150	12.150	-	12.150
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA SUS (vi)	903	-	903	838	-	838
	13.053	-	13.053	12.988	-	12.988
	63.710	16.523	80.233	51.423	16.913	68.336

As provisões técnicas foram constituídas em conformidade com a Resolução Normativa nº 569, de 22 de abril de 2022 da ANS, que dispõe sobre os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde. Essas provisões devem ser garantidas por ativos que correspondem às aplicações financeiras lastreadas nos segmentos de renda detalhados na nota explicativa nº 5. A Controladora possui lastro plenamente suficiente para garantir a totalidade das provisões técnicas.

- (i) A provisão para prêmio/ contraprestações não ganhas – PPCNG: corresponde à parcela das contraprestações referente ao período de cobertura do risco não decorrido, e aplica-se somente aos contratos de preço pré-estabelecidos, vigentes na data-base de sua constituição. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.
- (ii) Provisão constituída sobre planos que possuem cláusula de remissão, destinada à cobertura de assistência médico-hospitalar aos dependentes em caso de falecimento do usuário titular, apurada com base na metodologia descrita em Nota Técnica Atuarial.
- (iii) Provisão de eventos a liquidar para o SUS: a Controladora está em demanda administrativa e judicial contra as cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde. Diante das diversas controvérsias que recaem sobre essas cobranças, na opinião da Administração da Controladora e também dos assessores jurídicos, as estimativas provisionadas conservadoramente são suficientes para eventuais perdas com essas demandas. Existem depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$ 14.600 conforme nota explicativa nº 9.
- (iv) A Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) registrada no passivo circulante, foi constituída com base na Resolução Normativa da ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022. É destinada para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Controladora por falta de avisos. A Controladora registrou a provisão até 2013 com base na RN e a partir de setembro de 2014, elaborou Nota Técnica Atuarial de Provisão com aprovação da ANS.
- (v) Para a PEONA SUS a operadora deve estar em consonância com os dados de ressarcimento ao SUS divulgados mensalmente pela ANS. Em 2025, a Agência Nacional de Saúde (ANS) publicou a RN 640/25, que alterou a RN 476/21 e atualizou o teto máximo do fator individual utilizado no cálculo da PEONA SUS, de 115% para 47%.

Adicionalmente as operadoras de planos de saúde do grupo estão sujeitas às seguintes exigências estabelecidas pela Resolução Normativa nº 569, de 19 de dezembro de 2022:

- Capital Base (CB): representa o valor do capital mínimo do Patrimônio Líquido, tomando como capital-base o valor de R\$ 12.328 para 31 de dezembro de 2025 (R\$ 11.701 em 2024), multiplicado pelo fator K=4,76% que equivale a R\$ 587 (R\$ 557 em 2024);
- Patrimônio Líquido Ajustado (PLA): é apurado mensalmente a partir dos valores contabilizados como Patrimônio Líquido ou Social da operadora com os ajustes por efeitos econômicos. O exercício de 2025 encerrou com saldo apurado de R\$ 609.094 (R\$ 531.664 em 2024) e;

O Capital Baseado em Riscos (CBR) apresentada em 2025 foi de R\$ 115.163 (R\$ 95.327 em 2024) e o Patrimônio Líquido Ajustado em conformidade com as normas da ANS é de R\$ 609.094 (R\$ 531.664 em 2024), estando suficiente em R\$ 493.931 (R\$ 436.337 em 2024), ou seja, 528,89% (457,73% em 2024).

14 Tributos e encargos sociais a recolher

Descrição	Controladora						Consolidado					
	2025			2024			2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Correntes												
IRRF	17.069	-	17.069	15.539	-	15.539	17.357	-	17.357	15.785	-	15.785
INSS	3.308	-	3.308	3.024	-	3.024	3.411	-	3.411	3.118	-	3.118
INSS retido	1.017	-	1.017	878	-	878	1.018	-	1.018	880	-	880
FGTS	995	-	995	909	-	909	1.027	-	1.027	936	-	936
ICMS	-	-	-	13	-	13	463	-	463	40	-	40
COFINS	1.239	-	1.239	848	-	848	1.545	-	1.545	903	-	903
ISS retido	435	-	435	379	-	379	449	-	449	408	-	408
PIS	201	-	201	136	-	136	266	-	266	146	-	146
ISS	412	-	412	253	-	253	423	-	423	265	-	265
Imposto único	533	-	533	500	-	500	557	-	557	524	-	524
Contribuição sindical	2	-	2	2	-	2	2	-	2	2	-	2
IRPJ	-	-	-	475	-	475	162	-	162	492	-	492
CSLL	355	-	355	172	-	172	422	-	422	180	-	180
Outros impostos e taxas	10	-	10	10	-	10	10	-	10	10	-	10
	25.576	-	25.576	23.138	-	23.138	27.112	-	27.112	23.689	-	23.689
Parcelamentos												
Tributos federais (i)	2.243	4.090	6.333	2.966	5.942	8.908	2.243	4.090	6.333	2.966	5.942	8.908
Tributos municipais (ii)	-	-	-	4.613	-	4.613	-	-	-	4.613	-	4.613
	2.243	4.090	6.333	7.579	5.942	13.521	2.243	4.090	6.333	7.579	5.942	13.521
	27.819	4.090	31.909	30.717	5.942	36.659	29.355	4.090	33.445	31.268	5.942	37.210

(i) A Controladora aderiu o parcelamento de débitos junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme a Lei 11.941/09, que foi consolidada em 2018, conforme a Lei 12.865/2013, também aderiu em 31/08/2023 ao parcelamento simplificado em 24 parcelas para processos de perdcomp não homologadas, que representam em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 6.333.

(ii) A Controladora aderiu em 29/09/2023 ao parcelamento (REFIS) em 24 parcelas junto a Prefeitura Municipal de Bauru, liquidado em 25/08/2025.

15 Empréstimos e financiamentos a pagar

Modalidade	Vencimento final	Controladora e Consolidado
		2024
Leasing	Julho de 2025	3.576
(-) Juros a apropriar		(142)
		3.434

Os financiamentos referem-se a imobilizações e foram liquidados em 2025.

16 Débitos diversos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Obrigações com pessoal				
Salários	4.694	3.980	5.289	4.486
Participações	608	686	608	686
Honorários	164	155	167	158
Férias	13.279	12.160	14.078	12.789
	18.745	16.981	20.142	18.119
Fornecedores (i)				
Fornecedores	31.242	32.410	34.327	35.777
	31.242	32.410	34.327	35.777
Depósitos de beneficiários				
Depósitos de beneficiários	506	2.107	506	2.107
	506	2.107	506	2.107
Outros débitos a pagar				
Outros débitos a pagar	1.189	1.085	13.562	6.354
	1.189	1.085	13.562	6.354
	51.682	52.583	68.537	62.357

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar aos fornecedores de materiais e medicamentos hospitalares e farmacêuticos, que estão disponibilizados tanto no hospital quanto na farmácia da Controladora. Não há contas a pagar vencidas.

17 Provisões judiciais

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Tributária - Federal (i)	261	241
Tributária - Municipal (ii)	-	20.900
Trabalhistas (iii)	546	992
Cíveis / indenizatórias (iii)	16.437	20.615
Multa administrativa da ANS (iv)	2.486	2.539
Taxa suplementar de saúde (iv)	466	466
Outras contingências (v)	7.687	5.514
	27.883	51.267

A Controladora e suas controladas, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Controladora e suas controladas para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

(i) Tributária - Federal:

Em 2024, o saldo da provisão corresponde substancialmente a processos de Perdcomp de IRRF não homologados pela Receita Federal do Brasil, que está sendo discutido administrativamente.

(ii) Tributária - Municipal:

A Administração da Controladora ainda discute e defende a exigibilidade e decadência dos débitos relativos aos períodos de setembro de 2004 a dezembro de 2012, suspensos conforme certidão negativa da Prefeitura Municipal de Bauru. Em 2025, foi instituído programa de parcelamento incentivado (REFIS), com redução de multas e juros, ocasião em que a Diretoria optou pela liquidação integral do saldo em aberto. Em decorrência dessa adesão, o montante de R\$ 13.140.336 foi integralmente quitado em 30 de setembro de 2025.

(iii) Trabalhistas/ Cíveis:

Encontram-se em questionamento ações nas áreas cível e trabalhista. A Administração da Controladora e suas controladas, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas. Há depósitos judiciais efetuados para essas ações no montante de R\$ 318, conforme nota explicativa nº 9.

(iv) Multa administrativa da ANS/ Taxa suplementar de saúde:

O montante de R\$ 2.486 refere-se aos valores de multas administrativas aplicadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e que estão em discussão, cobertos integralmente por depósito judicial, conforme nota nº 9. O montante de R\$ 466, refere-se à taxa de saúde suplementar, calculada com base na média de beneficiários por plano, cuja inexigibilidade está amparada em provimento judicial exarado em sede de antecipação de tutela, no âmbito de ação declaratória movida por parte da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico.

(v) Outras contingências:

As outras contingências correspondem, substancialmente, aos valores não recebidos em cobrança administrativa do SUS que não constam nas obrigações relacionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Controladora e suas controladas estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

18 Passivos contingentes

A Controladora discute ações cíveis e trabalhistas nos montantes de petição inicial de R\$ 54.735 e R\$ 11.878, respectivamente, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2025 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são plenamente passíveis de acordos de menor valor. Nenhuma provisão foi constituída para esses processos.

19 Patrimônio líquido

a Capital social

O Capital social é formado por cotas partes distribuídas entre os cooperados e classificado no patrimônio líquido. De acordo com o Estatuto Social cada associado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes. Conforme previsto no Estatuto Social, serão atribuídos juros de até 12% sobre o capital integralizado, quando apuradas sobra no final do exercício com valores definidos na Assembleia Geral Ordinária. Em 2025 foram calculados juros sobre o capital social integralizado de 4,26%, conforme o IPCA (IBGE) no montante de R\$ 2.979.

Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora continha o valor de R\$ 1.274 de capital a integralizar.

b Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Controladora e a Lei 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação; e
- outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

c Reserva técnica para riscos fiscais

Constituída na Assembleia Geral Ordinária de exercícios anteriores destinada para eventuais riscos fiscais, em decorrência dos assuntos comentados na nota explicativa nº 17.

d Sobras à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação.

Por decisão do Conselho de Administração e “Ad-referendum da AGO”, o resultado das operações com terceiros não foi demonstrado e nem levado à conta da RATES, conforme determinação da legislação aplicável.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com a usufruição dos serviços da Controladora ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral. Em 2025 as sobras à disposição da AGO são de R\$ 21.429 conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2025	2024
Sobra líquida do exercício	108.834	91.580
Distribuição antecipada de sobras	(18.000)	(17.309)
Utilização da RATES	3.644	3.778
Constituição de reservas estatutárias:		
Reserva legal – 10%	(10.883)	(9.158)
RATES – 5%	(5.442)	(4.579)
Transferência para reserva “Ad-referendum” da AGO	(56.725)	(46.869)
Sobras à disposição da AGO	21.428	17.443

20 Eventos indenizáveis, líquidos / sinistros retidos

Descrição	Controladora e consolidado	
	2025	2024
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(50.148)	(47.924)
Exames	(52.883)	(47.748)
Terapias	(6.641)	(7.577)
Internações	(282.129)	(253.679)
Outros atendimentos ambulatoriais	(132.822)	(126.481)
Demais despesas médicas hospitalares	(5.073)	(4.725)
	(529.696)	(488.134)
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - PEONA		
Variação da PEONA	(64)	148
	(64)	148
	(529.760)	(487.986)

21 Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar				
Intercâmbio eventual	54.426	52.075	54.426	52.075
Autogestão	-	585	-	585
Saúde ocupacional	4.436	4.097	4.436	4.097
Taxa de consultório	5.723	5.096	5.723	5.096
Particulares	15.490	16.070	15.490	16.070
Outros convênios	17.945	15.149	17.945	15.149
Prestação de serviços	202	82	202	82
	98.222	93.154	98.222	93.154
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar				
Taxa de administração	2.615	2.571	2.615	2.571
Diferença de tabela	3.846	4.480	3.846	4.480
	6.461	7.051	6.461	7.051
Outros ingressos/ receitas operacionais				
Venda de produtos e mercadorias	-	-	15.624	15.254
Receita com locações	-	-	2.053	2.877
Prestação de serviços	-	-	25.935	20.404
Receita de vendas líquidas - farmácia comercial	21.846	21.394	21.846	21.389
Despesas recuperadas	880	376	880	376
Outras receitas operacionais	694	293	3.538	1.139
	23.420	22.063	69.876	61.439
	128.103	122.268	174.559	161.644

22 Outros dispêndios/ despesas oper.de assistência à saúde não relac.com planos de saúde da operadora

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Dispêndios/despesas com prestação de serviço hospitalar				
Custo de atendimentos particulares e outros convênios	(16.270)	(14.134)	(16.270)	(14.134)
Custo de ociosidade	(46.656)	(54.847)	(46.656)	(54.847)
Intercâmbio eventual	(43.057)	(40.710)	(43.057)	(40.710)
Autogestão	-	(350)	-	(350)
Saúde ocupacional	(3.986)	(3.812)	(3.986)	(3.812)
Provisão para perda sobre créditos não relacionados com o plano de saúde	(38.718)	(5.374)	(38.718)	(6.944)
Outras despesas	-	-	(291)	(489)
	(148.687)	(119.227)	(148.978)	(121.286)
Custos dos produtos vendidos - farmácia comercial	(23.491)	(16.123)	(23.491)	(16.123)
Custos dos produtos e mercadorias vendidas e serviços de locação	-	-	(9.807)	(10.677)
	(23.491)	(16.123)	(33.298)	(26.800)
	(172.178)	(135.350)	(182.276)	(148.086)

23 Dispêndios/ despesas administrativas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(28.660)	(27.004)	(37.953)	(35.119)
Serviços de terceiros	(13.034)	(8.419)	(19.638)	(13.255)
Localização e funcionamento	(7.037)	(6.281)	(13.653)	(10.927)
Publicidade e propaganda	(5.430)	(5.312)	(5.430)	(5.312)
Tributos	(393)	(642)	(1.806)	(688)
Despesa com multa administrativa	(244)	(580)	(244)	(580)
Diversas	(7.081)	(6.901)	(10.150)	(9.834)
	(61.879)	(55.139)	(88.874)	(75.715)

24 Resultado financeiro líquido

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ingressos financeiros				
Rendimentos de aplicações financeiras	36.277	24.361	40.251	26.833
Juros por recebidos em atraso	1.988	1.916	1.988	1.916
Atualização monetária	5.267	4.325	5.277	4.328
Descontos obtidos	835	823	893	838
Variação cambial	-	-	44	4
Juros sobre capital próprio	695	510	703	513
Reversão de Encargos por Repactuação de Dívidas	10.138	-	10.138	-
Outros	435	-	506	85
	55.635	31.935	59.800	34.517
Dispêndios financeiros				
Juros e atualização	(1.838)	(5.021)	(4.589)	(5.761)
Despesas financeiras	(931)	(821)	(1.545)	(1.023)
Juros sobre capital próprio	(2.979)	(3.091)	(2.979)	(3.091)
Variação cambial	(28)	(137)	(28)	(137)
	(5.776)	(9.070)	(9.141)	(10.012)
	49.859	22.865	50.659	24.505

25 Imposto de renda e contribuição social

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos é isento de tributação e o resultado de atos não cooperativos são tributados pelas alíquotas vigentes, conforme demonstrado abaixo:

a Apuração pelo lucro real – Controladora

Descrição	2025	2024
Sobras antes dos tributos	122.544	101.484
Adição/ exclusões	64.627	25.069
Resultados não tributáveis de sociedades cooperativas	(148.124)	(98.868)
Base de cálculo	39.047	27.685
Imposto de renda - 15%	(5.857)	(4.152)
Adicional do imposto de renda - 10%	(3.881)	(2.745)
Dedução PAT	68	68
Imposto de renda	(9.670)	(6.829)
Contribuição social - 9%	(3.514)	(2.492)

b Apuração pelo lucro real – Saludem Participações S/A - Controlada direta

Descrição	2025	2024
Base de cálculo	4.059.280	2.066.386
Prejuízo fiscal do período	1.216.913	424.004
Base negativa	-	-
Adição/ exclusões	(5.276.193)	(2.490.390)
Base de cálculo tributável	-	-

c Apuração pelo lucro real –Gemmini Gestora de Equipamentos, Materiais, Medicamentos e Implantes Nacionais e Importados Ltda. - Controlada indireta

	2025	2024
Lucro antes dos tributos	2.623.551	3.828.528
Prejuízo fiscal	617.529	1.536.791
Base negativa	-	(1.083.807)
Adição/ exclusões	(3.241.080)	(1.752.629)
Base de cálculo tributável	-	2.528.883
Imposto de renda – 15%	-	379.332
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	-	240.888
Deduções do IRPJ	-	(15.172)
Imposto de renda	-	605.048
Contribuição social – 9%	-	227.599

d Apuração pelo lucro real – Vida Top Mais Saúde Operadora de Planos de Saude Ltda. - Controlada indireta

	2025	2024
Lucro antes dos tributos	2.729.999	(574.326)
Prejuízo fiscal (i)	-	706.165
Base negativa	(867.369)	(39.552)
Adição/ exclusões	121.970	-
Base de cálculo tributável	1.984.600	92.287
Imposto de renda – 15%	297.690	13.843
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	174.460	7.229
Deduções do IRPJ	(4.393)	(413)
Imposto de renda	467.757	20.659
Contribuição social – 9%	178.614	8.305

e Apuração pelo lucro real –Cardben Administradora Ltda. - Controlada indireta

	2025	2024
Lucro antes dos tributos	806.694	172.067
Prejuízo fiscal	-	-
Base negativa	(214.552)	(126.094)
Adição/ exclusões	784.120	248.246
Base de cálculo tributável	1.376.262	294.219
Imposto de renda – 15%	206.439	44.133
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	113.627	5.422
Deduções do IRPJ	(6.619)	(1.765)
Imposto de renda	313.447	47.790
Contribuição social – 9%	123.864	26.479

- f **Apuração pelo lucro presumido – Leasetech Locação e Comércio de Equipamentos de Saúde Ltda.**
- Controlada indireta

	<u>2025</u>
Receita com locação	1.155.110
Total das receitas	<u>1.155.110</u>
% de presunção - locação	32%
Base de cálculo presumida	<u>369.635</u>
Outras receitas	580
Base de cálculo	<u>370.215</u>
Imposto de renda e contribuição social	
Imposto de renda - 15% + 10% de adicional que exceder a R\$ 240 mil/ano	<u>86.508</u>
Contribuição social sobre o lucro líquido – 9%	<u>33.319</u>

- g **Apuração pelo lucro real – Compliance Gestão Hospitalar e Amb Ltda - Controlada indireta**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro antes dos tributos	<u>928</u>	<u>568</u>
Base negativa	(277)	(26)
Adição/ exclusões	(6)	(170)
Base de cálculo tributável	<u>645</u>	<u>372</u>
Imposto de renda – 15%	(97)	(56)
Adicional do imposto de renda – 10% (que exceder a R\$ 240.000)	(41)	(13)
Imposto de renda	<u>(138)</u>	<u>(69)</u>
Contribuição social – 9%	<u>(58)</u>	<u>(33)</u>

- h **Resumo da apuração**

	Consolidado	
<u>Descrição</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda	(10.678)	(7.572)
Contribuição social sobre o lucro líquido	(3.908)	(2.788)
	<u>(14.586)</u>	<u>(10.360)</u>

26 Transações com partes relacionadas

a Diretoria

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos para o Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição de até 1/3 de seus integrantes, para o Conselho Fiscal o mandato é de um ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus integrantes. A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore.

<u>Parte relacionada</u>	<u>Natureza da operação</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Conselho de Administração	Prestação de serviços	6.660.486	6.317.705
Conselho de Administração	Diárias e pró-labore	1.919.945	1.885.069
Conselho de Administração	Capital social	655.165	814.912
Conselho Fiscal	Prestação de serviços	4.066.797	3.540.070
Conselho Fiscal	Cédula de presença	80.688	87.404
Conselho Fiscal	Capital social	676.417	811.029

b Atividade cooperativista

As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e a atividade cooperativista:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Bancos conta movimento	32.366	153
Aplicações financeiras	81.895	66.289
Rendimento de aplicações financeiras	6.755	3.485

c Controladas

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u> <u>2025</u>	<u>Controladora</u> <u>2024</u>
Ativo circulante		
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.765	2.802
	3.765	2.802
Passivo circulante		
Contas a pagar	2.602	2.011
	2.602	2.011
Resultado		
Custo	32.363	31.101
	32.363	31.101

Os resultados das operações da Controladora poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas, devido as condições específicas estabelecidas pela Administração para as transações em comum.

27 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

27.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Controladora e suas controladas participam de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Controladora e suas controladas não possuíam contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2024 e 2023.

27.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A gestão de risco é realizada pela gerência financeira, segundo as políticas aprovadas pela Administração. A gerência financeira identifica, avalia e protege a Controladora e suas controladas contra eventuais riscos financeiros. A gerência financeira estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

A Controladora e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: a) risco de mercado; b) risco de crédito; e c) risco de liquidez.

a Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado — tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações — afetarem os ganhos da Controladora e suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Controladora e suas controladas não utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração.

A Controladora e suas controladas não aplicam contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade no resultado.

a.1 Risco de taxas de juros

A Controladora e suas controladas não possuem alto o risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros para seus financiamentos. A Controladora e suas controladas não trabalham com instrumentos derivativos e todas as contas estão atreladas a taxas básicas da economia brasileira, principalmente Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

a.2 Risco cambial

A Controladora e suas controladas não estão expostas a riscos cambiais.

b Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde e operações compromissadas. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. O faturamento de assistência à saúde é liquidado, substancialmente, por meio de boleto bancário.

b.1 Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é:

Descrição	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Disponível		10.607	12.521	13.019	15.239
Aplicações financeiras	5	325.505	259.168	356.880	288.862
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	62.873	57.009	62.873	57.009
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	7	4.899	5.262	4.899	5.262
Bens e títulos a receber	8	81.304	72.525	123.090	104.386
Conta corrente com cooperados		12	5	12	5
		485.200	406.490	560.773	470.763

b.2 Contas a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a Instrução Normativa 46/11 emitida pela ANS, que estabelece que deva ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de Planos de Assistência à Saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os seguintes critérios:

- (i) Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (ii) Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.
- (iii) Para os créditos de operações não relacionadas com planos de saúde de assistência à saúde da própria operadora, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato provisionada.

c Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Controladora e suas controladas encontrarem dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Controladora e suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Controladora e suas controladas.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e suas controladas para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pelo órgão que regula as operadoras de saúde, a ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A Controladora e suas controladas investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes e não possui garantias.

27.3 Gestão de capital

Os objetivos da Controladora e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno aos cooperados e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2025, a Controladora possui, aproximadamente, 38% (34% em 2024) do seu ativo total registrado como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28 Demonstração das sobras/lucros ou perdas/prejuízos de atos cooperados e não cooperados

Atendendo ao disposto no artigo 85, da Lei 5.764/1971 e NBC T 10.8 – IT 01 – Entidades Cooperativas, segue as demonstrações de sobras ou perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 de atos cooperativos e atos não cooperativos. Os critérios e alocações quanto às demonstrações nos atos considerados com não cooperados apresentadas em atendimento a Lei 5.764/1971, não foram base de auditoria específica de nossos auditores independentes.

	2025			2024		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
Ingressos de contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	687.628	18.933	706.561	628.058	19.156	647.214
Ingressos com operações de assistência à saúde	702.900	19.494	722.394	641.520	19.672	661.192
Ingressos de contraprestações líquidas	703.173	19.503	722.676	641.441	19.671	661.112
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(273)	(9)	(282)	79	1	80
(-) Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde da operadora	(15.272)	(561)	(15.833)	(13.462)	(516)	(13.978)
Eventos indenizáveis líquidos	(512.204)	(17.556)	(529.760)	(468.861)	(19.125)	(487.986)
Dispêndios com eventos conhecidos ou avisados	(512.205)	(17.491)	(529.696)	(468.624)	(19.510)	(488.134)
Variação da provisão para eventos ocorridos e não avisados	1	(65)	(64)	(236)	384	148
Sobra das operações com planos de assistência à saúde	175.424	1.377	176.801	159.198	30	159.228
Outros ingressos/receitas operacionais de planos de assistência à saúde	1.850	32	1.882	1.906	35	1.941
Ingressos/ receitas de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora	104.665	23.438	128.103	99.338	22.930	122.268
Ingressos/ receitas com operações de assistência médico-hospitalar	97.365	857	98.222	92.088	1.066	93.154
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	6.379	82	6.461	6.942	109	7.051
Outros ingressos/ receitas operacionais	921	22.499	23.420	308	21.755	22.063
(-) Tributos diretos de outras atividades de assistência à saúde	(2.601)	(1.161)	(3.762)	(2.409)	(992)	(3.401)
Outros dispêndios/ despesas operacionais com planos de assistência à saúde	(3.035)	(139)	(3.174)	(15.629)	(730)	(16.359)
Outros dispêndios/ despesas de operações de planos de assistência à saúde	(844)	(66)	(910)	(13.993)	(667)	(14.660)
Programas de promoção da saúde e prevenção de riscos e doenças	(348)	(9)	(357)	(480)	(17)	(497)
Provisão para perdas sobre créditos	(1.843)	(64)	(1.907)	(1.155)	(47)	(1.202)
Outros dispêndios/ despesas oper.de assist.à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	(119.752)	(52.426)	(172.178)	(117.058)	(18.292)	(135.350)
Resultado bruto	156.551	(28.879)	127.672	125.345	2.982	128.327
Dispêndios/ despesas com comercialização	(4.856)	(166)	(5.022)	(4.464)	(160)	(4.624)
Dispêndios/ despesas administrativas	(55.415)	(6.464)	(61.879)	(48.781)	(6.358)	(55.139)
Resultado financeiro líquido	48.010	1.849	49.859	23.004	(139)	22.865
Ingressos/ receitas financeiras	50.439	5.196	55.635	27.894	4.041	31.935
Dispêndios/ despesas financeiras	(2.429)	(3.347)	(5.776)	(4.890)	(4.180)	(9.070)
Resultado patrimonial	3.995	7.919	11.914	10.304	(249)	10.055
Ingressos/ receitas patrimoniais	3.995	9.149	13.144	10.304	-	10.304
Dispêndios/ despesas patrimoniais	-	(1.230)	(1.230)	-	(249)	(249)
Sobra antes dos tributos e participações	148.284	(25.740)	122.544	105.409	(3.925)	101.484
IRPJ	-	(9.670)	(9.670)	-	(6.829)	(6.829)
CSLL	-	(3.514)	(3.514)	-	(2.492)	(2.492)
Participações sobre o lucro	(508)	(18)	(526)	(581)	(2)	(583)
Sobra líquida do exercício	147.776	(38.942)	108.834	104.827	(13.247)	91.580

29 Teste de adequação de passivo (TAP)

O Teste de Adequação de Passivo (TAP) foi estabelecido pela ANS com vigência a partir de 1º de janeiro de 2020 e tem como fundamento estabelecer através de métodos financeiros, estatísticos e atuariais mensuração a valor presente, com estimativa nos fluxos de caixa futuros, com base nas receitas de contratos assumidos na operação de assistência à saúde serão suficientes para custear as despesas com os beneficiários do plano de saúde (pelo pagamento regular dos prestadores assistenciais). Essa projeção deve estar de acordo com as regras e parâmetros definidos nos itens 9.1.4, 10.12.2 e 10.12.2.1 anexo Capítulo I – Normas Gerais da Resolução Normativa nº 528, de 29 de abril de 2022. Na Controladora essas estimativas e responsabilidade desses cálculos foram realizadas pelo atuário Tais Melo Torres, Atuário MIBA 3.508. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Teste de adequação de passivo - TAP

Agregação de contratos utilizada no teste	Ajuste tábua na biométrica (sim ou não)	Taxa de cancelamento de contratos (valor em percentual)	Varição da Despesa Assistencial estimada para o primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste máximo estimado para os planos individuais no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Reajuste médio por variação de custos estimado para os planos coletivos no primeiro ano de apuração do TAP (valor em percentual)	Utilização das faixas etárias da RN 63/2003 para estimação das despesas assistenciais (sim ou não)	Método de interpolação da ETTJ utilizado	Estimativa corrente de fluxo de caixa na data-base (valor em milhares R\$)
Carteira individual	Não	0,91%	7,41%	6,82%	-	Não	Svensson (1994)	36.380
Coletivo por adesão	Não	0,41%	7,41%	-	-	Não	Svensson (1994)	(6.108)
Coletivo empresarial	Não	1,77%	7,41%	-	-	Não	Svensson (1994)	16.740
Corresponsabilidade assumida em pré-pagamento	Não	1,77%	7,41%	-	-	Não	Svensson (1994)	(2.433)

30 Cobertura de seguro

A Administração da Controladora adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A large, stylized signature in blue ink, consisting of a large loop followed by a series of horizontal strokes.

Marcus Vinicius Marques
Diretor Presidente

A signature in blue ink, appearing to be "Cristina A. Félix Bueno".

Cristina A. Félix Bueno
Contadora CRC 146902/O-2

A signature in blue ink, appearing to be "Luciano Humberto Soares Camargo".

Luciano Humberto Soares Camargo
Vice Presidente

Auditoria: Moore Prisma Auditores Independentes
CNPJ: 68.323.807/0001-07 – CRC 2SP 017256/O-3

Atuário: Funcional Health Tech Soluções em Saúde Ltda
CNPJ: 03.322.366/0001-75 – CIBA: 135

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras individuais
e consolidadas**

Aos Associados e Administradores da
Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico
Bauru-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico (“Cooperativa”), identificadas como Controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individuais e consolidadas, da Unimed de Bauru – Cooperativa de Trabalho Médico em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Cooperativa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós examinados, cujo relatório, datado de 21 de fevereiro de 2025, que continha ênfases sobre: empréstimos com partes relacionadas e investimentos – controlada indireta. Nossa opinião não continha ressalva relacionada a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Controladora e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Controladora e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Controladora e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Controladora e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 13 de fevereiro de 2026.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Ricardo Aurélio Rissi
Contador - CRC 1SP137183/O-8

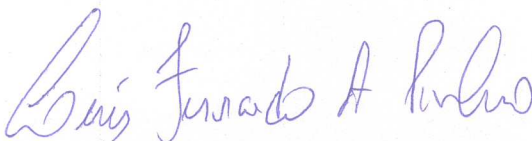


PARECER DO CONSELHO FISCAL

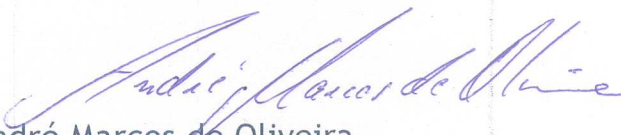
Nós membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Unimed de Bauru - Cooperativa de Trabalho Médico, em cumprimento as atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Sobras e Perdas, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Mutações do Patrimônio Líquido, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como todos os seus documentos e saldos figurantes, verificando uma sobra líquida à disposição da Assembleia Geral Ordinária de R\$ 21.427.652,61 (vinte e um milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta a um centavos); somos de parecer que as referidas Demonstrações Contábeis Financeiras Individuais e Consolidadas representam a posição financeira e patrimonial, em 31 de dezembro de 2025; merecendo, assim, nossa recomendação favorável à Assembleia Geral Ordinária para sua deliberação e aprovação.

Bauru, 25 de fevereiro de 2026.


Dr. Alexandre Volney Villa


Dr. Luis Fernando Antunes Pinheiro


Dr. Victor Augusto S. Scherrer Leitão


Dr André Marcos de Oliveira


Dr José Mecca Guerin

HOSPITAL

Av. Dr. Arnaldo Prado Curvello, 10-110
CEP 17035-500 - Parque Santa Terezinha
Bauru - SP - T. (14) 3103 2121 | (14) 3201 2121

FARMÁCIA

Rua 13 de Maio, 10-10
CEP 17015-301 - Centro - Bauru - SP
T. (14) 3235 3333 | (14) 2106 3333

CENTRO DE DIAGNÓSTICO

Rua Agenor Meira, 12-34
CEP 17015-301 - Centro - Bauru - SP
T. (14) 3235 3350 | (14) 2106 3350